



Reunião de 14/12/2016

ATA N.º 32/2016

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS, REALIZADA EM CATORZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS

---- Aos **catorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezasseis**, nesta Vila de Nelas e edifício dos Paços do Município, reuniu pelas dez horas, a Câmara Municipal de Nelas, sob a presidência do Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, estando presentes os Senhores Vereadores, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr. Manuel da Conceição Marques, Dr.^a Sofia Relvas Marques, Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves e Adelino José Borges Amaral. -----

SITUAÇÃO FINANCEIRA

---- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia anterior, que apresentava os seguintes saldos: - De operações orçamentais: 331.002,01 € (trezentos e trinta e um mil dois euros e um cêntimo); - De operações não orçamentais: 146.682,82 € (cento e quarenta e seis mil seiscentos e oitenta e dois euros e oitenta e dois cêntimos). -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

---- O Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, cumprimentou todos os presentes e declarou aberta esta reunião ordinária da Câmara Municipal de Nelas do dia 14 de dezembro de 2016. Em relação ao Resumo Diário de Tesouraria: total de disponibilidades: 477.684,83 € (quatrocentos e setenta e sete mil seiscentos e oitenta e quatro euros e oitenta e três cêntimos), sendo de Operações não Orçamentais: 146.682,82 € (cento e quarenta e seis mil seiscentos e oitenta e dois euros e oitenta e dois cêntimos). -----

---- Entrando, de seguida, no Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que queria esclarecer um pormenor relativamente à questão de Girabolhos e que iria chamar o Senhor Eng.º Álvaro Figueiredo. Perguntou quem mais se queria inscrever no Período de Antes da Ordem do Dia. De seguida, com a presença do Senhor Eng.º Álvaro Figueiredo, o Senhor Presidente afirmou que, relativamente à estrada de São João do Monte a Póvoa de Luzianes, com a correção do traçado e relativamente às hipóteses que foram levantadas na reunião de trabalho e que isso aumentaria muito o declive e que o Senhor Eng.º Figueiredo explicasse qual era a questão e se podia esclarecer para ponderação da Câmara. ---

---- O Senhor Eng.º Álvaro Figueiredo afirmou que, foram levantadas as hipóteses de se alterar o traçado na estrada de São João do Monte a Póvoa de Luzianes. Explicou que o traçado atual é o que está traçado a azul na planta. Foram abordadas três situações. Uma delas era cortar duas curvas, o que ia obrigar a expropriações em, pelo menos, cerca de 70 metros, e haveria uma zona de aterro e uma pendência de cerca de 11%. A situação podia ser viável, mas agarrando a cota, que é 387 para 397, temos um desnível de 10 metros. Em 70 metros aumentaria a pendente para 14,3%. Mas esta situação não é aquela que o preocupa mais. Haviam outras situações ao fazer um novo traçado que, entrando numa zona de escavação, e a



Reunião de 14/12/2016

pendente, a fazer-se este traçado, iria para 16,3 %. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que quem levantou esse incidente até foi o Senhor Vereador Adelino Amaral e a sua opinião era apenas para alargar a faixa de rodagem num determinado sítio. De seguida, explicou ao Senhor Eng.º Álvaro Figueiredo como queria que se fizesse o novo traçado da estrada. -----

---- O Senhor Eng.º Álvaro Figueiredo afirmou que o que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques queria era adoçar as curvas. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que era isso, alargando a estrada mais dois metros, ou três metros, em vários sítios, até porque é tudo baldio, é tudo propriedade da Junta de Freguesia. Era isso que se pretendia e que não altera a inclinação da faixa. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral perguntou ao Senhor Eng.º Álvaro Figueiredo qual é que era a distância do traçado. -----

---- O Senhor Eng.º Álvaro Figueiredo afirmou que o traçado era de 3.400 metros. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que estava a fazer uma abordagem ao contrário. Ele nunca sugeriu que se reduzisse o comprimento do traçado. Se se aumentar o traçado reduz a inclinação. A sua ideia era fazer uma Variante, não era cortar uma curva. De seguida, explicou ao Senhor Eng.º Figueiredo qual era a sua ideia para o traçado da estrada. -----

---- O Senhor Eng.º Álvaro Figueiredo afirmou que se podia reavaliar a situação. -----

---- Seguiu-se uma troca de opiniões entre os Senhores Vereadores Dr. Manuel Marques, Adelino Amaral e Artur Ferreira e o Senhor Eng.º Álvaro Figueiredo referentes ao novo traçado da estrada na tentativa de adoçar algumas curvas e tirar alguma inclinação à estrada. --

---- O Senhor Presidente afirmou que lhe parecia prudente a questão das curvas. -----

---- Continuou a troca de opiniões entre os Senhores Vereadores Dr. Manuel Marques, e Adelino Amaral e o Senhor Eng.º Álvaro Figueiredo referentes ao novo traçado da estrada, no sentido de tentar suavizar as curvas e a inclinação do novo traçado da estrada. -----

---- O Senhor Eng.º Álvaro Figueiredo afirmou que ia reavaliar a situação. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que, quanto ao requerimento que apresentou já sabia que o Senhor Presidente já determinou aos Serviços mandar entregar-lhe o solicitado, mas não deixava de fazer um pequeno reparo. È que eles, Câmara, entenderam que deviam colaborar mais acerca do protocolo com a Endesa, o Senhor Presidente disse que os projetos estavam todos concluídos, que ia atrasar o processo todo e vê-se que ainda hoje não há processo nenhum, não há nada feito. Mais uma vez ficou demonstrado que o processo não correu bem. Afirmou que no dia 6 de dezembro de 2016, por e-mail, enviado para o Senhor Presidente e para a Senhora Vice-Presidente, pediu para lhe darem os gastos das despesas da iluminação de Natal nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016. Habitualmente, o Senhor Presidente responde-lhe a dizer que isso está nos documentos de despesa e que podia ir lá consultar esses dados. Não os tem. Por isso reforçava o pedido ao Senhor Presidente da Câmara para que lhe seja enviado, com a máxima urgência, as despesas da iluminação de Natal nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016. Já sabia que o Senhor Presidente lhe ia dar um mapa de quantidades referente a cada uma das obras do protocolo outorgado com a Hidromondego e a estimativa de custos para cada uma das obras referidas no mesmo



Reunião de 14/12/2016

protocolo. Afirmou que tinha feito uma participação-crime contra pessoas desconhecidas. Sabia que o processo está a decorrer. Sem querer alongar-se no processo, que não o ia fazer, ia só dizer, pensando que não ia violar o segredo de justiça de forma nenhuma. Foi interpelado pela GNR em interrogatório complementar se na reunião de Câmara teria havido algum incidente que tivesse provocado as ameaças, ou alguém ligado com as ameaças, porque ele, Vereador Dr. Manuel Marques, foi ameaçado por via telefone, e requereu no dia 9 de novembro de 2016 o seguinte: *Manuel da Conceição Marques, Vereador da Coligação PPD/PSD-CDS/PP, eleito nas listas do CDS/PP, nessa qualidade para fins judiciais, vem requerer a V.ª Ex.ª cópia áudio da gravação da reunião de Câmara realizada no dia 28 de setembro de 2016. Informa-se que o ora requerente pagará as despesas inerentes ao solicitado.* O que ele, Vereador Dr. Manuel Marques, pretende com isto é entregar isso no Ministério Público para descoberta da verdade material e quanto mais provas carregar para o processo para que a verdade seja descoberta, é importante que ele junte documentos, ou junte qualquer prova, ou qualquer diligência que permita a justiça funcionar. Por isso, mais uma vez requer ao Senhor Presidente que lhe envie, ou os Serviços lhe enviem, se for preciso trás o CD à Câmara, cópia áudio da gravação da reunião de Câmara, realizada no dia 28/09/2016 quando se falou em avenças e mais avenças, acha que até votou contra essa ata porque não estava em conformidade, para entregar no Ministério Público, ou no Tribunal, onde estiver. Agradecia que lhe fosse dado isso, sob pena de ter que juntar ao processo o requerimento que formulou à Câmara no dia 9 de novembro de 2016. Outra questão que também queria falar e não trouxe, por lapso deixou ficar em casa. Ontem estava em casa quando um Senhor Funcionário da Autarquia foi lá e distribuiu um papel A5 em que lá dizia que Vila Ruiva foi beneficiada com a instalação de uma antena, que o Senhor Presidente, certamente mandou fazer, onde a Câmara distribuiu com o logotipo da Câmara Municipal. Perguntava ao Senhor Presidente da Câmara o seguinte: O que é que interveio financeiramente a Câmara para aquilo ser feito? Segunda questão: Foi deliberado neste Órgão a resposta a um Comunicado do Senhor Presidente, que quase insultou, ou até insultou mesmo, a dignidade, a honra política de quem compõe este Órgão. O Senhor Presidente risse para quem o vai protegendo e para quem vai criticando o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques sem ter oportunidade de se defender. É esse ato cobarde que normalmente costumam fazer. Foi requerido, foi votado favoravelmente, pensa que com cinco votos a favor e dois contra, ou duas abstenções, para ser dada resposta a uma aleivosia que o Senhor Presidente fez e atacou os Senhores Vereadores por causa das tiradas das competências e ainda bem que lhas tiraram senão estavam a ver ai um dia deste a Nelcivil entregue por umas cascas de alho quando a Câmara a compraria por 300.000,00 euros. Felizmente que isso aconteceu e hoje não se arrepende de o ter feito. Na altura estava indeciso se o havia de fazer, ou não, mas hoje, cada dia que passa e cada dia que passa da gestão do Senhor Presidente, reafirma que foi em boa hora que as competências lhe foram retiradas. E o Senhor Presidente não o fez. Continua a gerir a Câmara a seu belo prazer. Não respeita as deliberações do Órgão. Quando o Órgão vota o Senhor Presidente recorre aos Tribunais, depois perde. E andamos nisto. Perguntou ao Senhor Presidente porque é que andou com tanta pressa a fazer uns postes com umas antenas, até como que isso fosse tão importante para as Freguesias do seu Concelho e o Senhor Presidente não repõe a verdade de uma mentira que propagandeou a custos do Município. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por



Reunião de 14/12/2016

lhe ter dado o uso da palavra. Cumprimentou todos os presentes. Afirmou que só tinha três situações que queria expor e ouvir o Senhor Presidente sobre essas exposições. Aqui há tempos dizia um político a nível nacional que o Diabo estava para aparecer. Pelos vistos não apareceu a nível nacional, mas parece que apareceu em força no Município de Nelas, infelizmente. E era sobre isso que queria também ouvir o Senhor Presidente, portanto, em termos de desemprego, nós vemos no Anuário que saiu no Diário de Viseu, algumas empresas que, supostamente haviam de ter 600 Trabalhadores, têm trezentos e poucos Trabalhadores. Vimos um desemprego a crescer apesar de estar mais baixo do que em 2013, não podemos escamotear isso. Vemos também o Anuário a dizer que existe a preocupação em termos da amortização dos empréstimos que o valor das receitas ser superior àquilo que está previsto em termos de gasto. Vemos também Concelhos vizinhos a fazer amortizações de PAEL para terem liberdade, que já tinham, podiam decidir as taxas, mas para terem mais liberdade em negociação com o Governo em dispor das suas verbas, como assim entenderem. Vemos outros Concelhos também, não muito longe, a não gastarem em termos de despesas de Iluminação de Natal, que se fosse com ele não gastava, mas isso são opções políticas. Queria ouvir o Senhor Presidente de qual a justificação para esses factos, portanto, em termos de desemprego se o Senhor Presidente tem alguma indicação porque é que neste momento cresceu em algumas dezenas de trabalhadores, quando nos Concelhos vizinhos, quer em Carregal do Sal, quer em Penalva do Castelo, quer em Mangualde, eles estão a diminuir, apesar de algumas dessas taxas de desemprego também serem superiores às de Nelas. E se o Senhor Presidente tem previsão, durante este ano, como já foi feito ali, arranjar solução e arranjar forma de se amortizar o PAEL em 2017 para podermos, então, liberdade de poder escolher aquilo que se pretende fazer, quer em termos de Mapa de Pessoal quer em termos de taxas de IMI, quer em termos de empréstimos. Acha que essas situações todas são importantes para o Município até porque, como já foi referido várias vezes em anteriores reuniões de Câmara, a Câmara Municipal candidatou-se, ou pelo menos fez essa proposta para aceder a fundos comunitários e pode haver a hipótese de não ter financiamento próprio para depois compensar essas obras. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que da reunião que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques fala, de 28/09, está já aprovada a ata. Não sabia se na ata não constará já tudo que necessita. Relativamente à instalação da antena em Vila Ruiva isso resulta da celebração de um protocolo com a Vodafone que, para aí há dois anos veio a reunião de Câmara e que essa firma está a começar a reforçar o sinal de rede móvel, sem prejuízo da extensão da rede da MEO que está a acontecer por todo o Concelho a rede móvel de telemóvel em Vila Ruiva e deve ter sido esse papel que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques recebeu. A participação que a Câmara tem nisso é ter celebrado o protocolo, que veio a reunião de Câmara, e ter arranjado uma solução que se procura também para outras localidades, como Moreira, Aguireira, para reforçar essa rede. Em relação às questões colocadas pelo Senhor Vereador Artur Ferreira, a questão do desemprego refere-se, seguramente, ao que vinha publicado no Jornal do Centro e o que está na base de dados do Instituto do Emprego, que revela uma subida de 50 desempregados. Portanto, ainda são excelentes indicadores, comparativamente a 2013 e é uma variação conjuntural, naturalmente, da questão do emprego. O Executivo pediu um relatório à Informa sobre a situação nos vários fatores, empresas, emprego, volume de negócios, tudo isso, para ter um consolidado anual e, portanto, é natural que haja variações



Reunião de 14/12/2016

para melhor e para pior em termos mensais, ainda que, genericamente, o que aconteceu nestes últimos três anos e pouco, em termos empresariais no Concelho deixam o Executivo contente relativamente à evolução, quer dos investimentos, quer da criação de emprego, sem deixar de estar atento a esses indicadores que ainda são importantes. Relativamente à questão do PAEL está em dívida entre 500.000,00 euros a 600.000,00 euros, não tinha ali o valor, perto de 600.000,00 euros. Mesmo que se resolva a questão do PAEL, temos o Decreto-Lei n.º 38/2008, da reestruturação, que é o que vem na informação da Secretaria de Estado da Administração Local, não se resolve a questão do Plano de Ajustamento Financeiro da Câmara. É o que está lá escrito. Pode dizer que está à espera da versão definitiva da Lei do Orçamento de Estado para ver que, no âmbito da Lei do Orçamento de Estado, que alternativas é que o Município tem de recuperar a sua completa autonomia administrativa e financeira, cujos 40 anos se comemoraram no dia 12, portanto, na segunda-feira e que é uma das questões basilares em termos constitucionais, é um poder autónomo administrativo e financeiramente por parte dos Municípios. Está à espera da versão definitiva da Lei do Orçamento de Estado onde estão previstas operações de substituição de dívida, operações de saneamento e, portanto, é uma das hipóteses que se pode colocar durante o ano de 2017 para se verem livres destas amarras do Plano de Ajustamento Financeiro nos termos em que foi negociado pelo PSD e o CDS em outubro de 2012, que os obrigava, até 2032, a ter impostos máximos e a não contratar empréstimos. Portanto, é uma questão que ele, Senhor Presidente, na próxima reunião de Câmara, ou no início de janeiro, terá obrigatoriamente que trazer à Câmara porque tem indicação que vão, com grande probabilidade, ter mais cerca de 1,5 milhões de euros de projetos do PT 2020 aprovados e depois também, eventualmente, terão que ver em termos orçamentais, como é que enquadram isso, porque é a sua opinião e acha que todos estarão de acordo, que não deixarão perder projetos comunitários para investimentos no Concelho por falta de Orçamento Municipal. Portanto, se for necessário, tem margem para isso já no final das contas deste ano, para contratar empréstimos, estão impedidos por via do Plano de Reestruturação Financeira que foi acordado. O Executivo continua nas amarras do Diabo que o PSD deixou na Câmara no final de 2012 e início de 2013, como é evidente e que obriga o Executivo não só à amortização dos empréstimos, que contam para dívida de capital, dívida de investimento, como os impedem, por exemplo, de não ter o Orçamento aprovado ainda nesta altura porque está à espera que a DGAL se pronuncie sobre o Orçamento. Tem que pedir à DGAL autorização sobre contratação de empréstimos, essas consequências todas que estão no Decreto-Lei n.º 38/2008. Portanto, mesmo que se resolva essa questão do PAEL e outros Municípios estão a resolver, Mangualde tem um PAEL de 4 milhões de euros e fez uma operação com vista a liquidar o PAEL, mas não tem reestruturação financeira, tem só o PAEL. Portanto, é uma situação que tem que se ver e ponderar e que é importante do ponto de vista financeiro, mas cujas maleitas, dirigindo-se ao Senhor Vereador Artur Ferreira, com toda a simpatia e frontalidade tinha que lhe dizer que até fica mal na boca do Vereador do PSD estar a levantar estas questões do PAEL e das restrições financeiras que a Câmara tem, quando foi, precisamente, o PSD que colocou a Câmara nessa situação. Os Senhores do PSD colocaram a Câmara nesta situação há 3 anos e são eles agora que andam a dizer: Então, quando é que paga o PAEL? Então, foram os Senhores do PSD que contraíram para pagar a fornecedores as dívidas. A evolução financeira da Câmara é favorável, como nos relatórios trimestrais se tem visto, acha até extraordinário



Reunião de 14/12/2016

que seja quem pôs a Câmara nesta situação que seja o principal agora a atirar as pedras a quem está a tentar remediar a situação e resolver a situação. Os Senhores Vereadores falam em obras de proximidade e depois o Senhor Vereador Artur Ferreira faz uma proposta para o Orçamento e hoje, peguem lá nos 600.000,00 euros e amortizem o empréstimo. Quer sol na eira e chuva no nabal. É obras de proximidade e o empréstimo pago. Que desculpassem, mas que fossem sérios politicamente. Não lhe peçam para entregar 600.000,00 euros à Direção Geral do Tesouro e depois faz obras de proximidade com que dinheiro? Que fossem sérios. Querem que a Câmara pague as dívidas ao banco, mais do que 1 milhão de euros que já está obrigada a amortizar. E depois que faça obras de proximidade. Que desculpasse, mas isso é demagogia pura e não tem autoridade política e moral nenhuma e até nem é inteligente do ponto de vista da gestão política. Põem a Câmara neste estado e agora querem que se pague a dívida e que se façam obras na Lapa do Lobo e em Vilar Seco. Com o devido respeito, a ele, Senhor Presidente, parece-lhe que os Senhores Vereadores conhecem bem as contas da Câmara. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que o Senhor Presidente tinha dito ali que obrigava até 32 anos a ter as taxas no máximo. Obrigava se não fizessem nada. Se fizessem alguma coisa, se calhar em 3, ou 4 anos, podia ficar resolvida essa situação. Agora, têm é que fazer alguma coisa para que isso não aconteça. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que o anterior Executivo empurrou com a barriga o Plano de Saneamento Financeiro e depois veio uma reestruturação financeira a seguir. Mas que autoridade, o anterior Executivo, em 2010 a Câmara fez um saneamento de 7 milhões de euros e depois não pagou nada. Pedia desculpa mas também tinha que lembrar isso. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que não tinha memória curta e que vivia bem sem isso. Pelo contrário, nem se sente nada incomodado com isso. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que o anterior Executivo cumpriu o plano de saneamento que tinha feito em 2010 não precisava do plano de reestruturação em 2012. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que estava preocupado em resolver aquilo que está criado, não é em criar mais problemas. Em termos de reequilíbrio financeiro nunca a Câmara ficou impedida de votar a taxa pelo mínimo, ou pelo máximo. Votou sempre pelo máximo porque se entendeu que devia ser pelo máximo. Ele entende assim. -----

---- O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador Artur Ferreira se a Secretaria de Estado não tinha dito que tinham que ser as taxas máximas. Que desculpasse mas aquilo era o quê? Então não tinha ali um papel da Secretaria de Estado da Administração Local a dizer que a Câmara era obrigada a ter o IMI máximo? E agora o Senhor Vereador Artur Ferreira estava a dizer que podia ter fixado o IMI mínimo? Que desculpassem, mas que falassem com verdade. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira pediu ao Senhor Presidente que mandasse embora aquela pessoa que lhes disse ali numa reunião de Câmara que podiam votar o IMI pelo máximo. Que o mandasse embora, pelo mínimo. Foi ele que os enganou a todos. Os Senhores Vereadores fizeram ali figura de parvos a votar uma taxa pelo mínimo. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que o Consultor propôs a revisão. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que o Consultor propôs a



Reunião de 14/12/2016

revisão com uma baixa de taxa de IMI e contratação de um empréstimo. Uma proposta de revisão a dizer que eu vou fazer assim e os Senhores têm que aceitar. Ele tinha um contrato com o Senhor Presidente. Então, vão lá negociar, como o Senhor Presidente fez com os bancos. E aceitam as clausulas uns dos outros. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que isso só confirmava a negação daquilo que o Senhor Vereador Artur Ferreira estava a dizer. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que são opções políticas do Senhor Presidente. Raramente faz críticas e queria deixar para o último ano do mandato, não é tão colecionador como o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, tem lá algumas coisas retratadas que o Senhor Presidente disse. E depois no final do mandato então fazem a avaliação. Agora, só estava a alertar para aquilo que vem chegando agora nesta situação porque o Senhor Presidente disse que temos pleno emprego, não estamos muito mal, é certo, mas também não estamos famosos. A verdade era essa. Em termos de revisão do PAEL, dizia sinceramente, a sua solução era fazer isto o mais breve possível. Agora, prefere amortizar 100.000,00 euros no PAEL e não gastar 100.000,00 euros no Mercado de Natal, nem tendas, nem nada, nem iluminação de Natal e prefere gastar isso. Pode ser criticado por isso, mas preferia fazer isso. Faz assim em sua casa. Faz assim no seu Clube. Não faz festas. Não gasta dinheiro que considera mal gasto para fazer outras coisas. A situação do PAEL deixa-os um bocado incomodados porque é fácil terem o PAEL no máximo. Agora, podem justificar que está sempre a taxa no máximo por causa do PAEL. Não tem problemas nenhuns em votar a taxa no máximo se estiverem livres do PAEL. Também não tem problemas nenhuns, desde que se aproveite esse dinheiro para fazer as obras. Não tem problemas nenhuns. Já o disse ali muitas vezes e por isso está à vontade. Depois, as obras de proximidade podem ser feitas da seguinte forma: o PAEL previa 1 milhão de euros de obras por ano, estava lá escrito e depois quando foi da revisão estava lá muito mais. Estava lá previsto isso. Previa também gastar 4 milhões de euros em Pessoal. -----

---- O Senhor Presidente pediu ao Senhor Vereador Artur Ferreira para tirar a essas contas 1 milhão de euros das amortizações dos empréstimos. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que as amortizações estavam lá também previstas. É uma rubrica à parte. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que ficavam 500.000,00 euros para investimento. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que havia uma rubrica de amortizações e uma rubrica de investimento. Estavam lá previstas duas rubricas à parte para isso como estava neste. Na questão do Pessoal estava previsto gastar 4 milhões de euros com Pessoal. Está-se a gastar 3 milhões de euros. Mas está-se a gastar mais 1 milhão de euros em avenças e outras situações. Não estava a dizer que seja mau, ou que seja bom. Mas, se calhar, se tirassem 500.000,00 euros nessas avenças dava para fazer algumas obras nas Freguesias. Era só isso. É uma questão política. Entende isso tudo. O Senhor Presidente, neste momento, é o Presidente da Câmara, tem essa opção política. Se calhar, ele, Vereador Artur Ferreira, não teria essa opção política. Se calhar até estaria errado. Acha que não foi feito tudo, do seu ponto de vista, para que ficassem livres do PAEL. Era só isso, Senhor Presidente. Sem pôr em causa tudo aquilo que se passou. Depois, há uma coisa que queria dizer ao Senhor Presidente: Vive bem com a questão da dívida. Se eles vissem que a dívida foi mal gasta. Ele não considera que fosse toda mal gasta. Houve obra e há algumas obras, que foram pedidas pelas



Reunião de 14/12/2016

Freguesias, estão lá. Podem concordar, ou não, com algumas obras, mas estão lá. Estão identificadas. E houve outra parte em termos de contratação de Pessoal. São as duas formas em que foi gasto o dinheiro que foi gasto. Vive muito bem com isso. Se tivesse visto que foi mal gasto, do seu ponto de visto, então ele, Vereador Artur Ferreira, vivia mal. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que o Senhor Presidente, sobre a antena de Vila Ruiva, desvirtuou o essencial da questão. O essencial da questão e o móbil da sua intervenção foi dizer ao Senhor Presidente que ele, Senhor Presidente, se preocupou em distribuir porta a porta um papel com uma fotografia de uma antena, à revelia do Órgão, é certo que o Senhor Presidente também tem essa competência legalmente atribuída e não distribuiu um comunicado, um desmentido que foi aprovado em reunião de Câmara. É essa a forma da democracia que o Senhor Presidente tanto apregoava antes das eleições, que se passou pior que o Botas de Santa Comba. Esse é que é o facto. Essa é que a questão. Esse é que o móbil. Esse é que é o cerne da questão. O Senhor Presidente da Câmara falou ali que o desemprego em 2013 era muito e agora diminuiu para 257. Mas o Senhor Presidente esqueceu-se de dizer e referir a quem está a ouvir na sala, porque, se calhar, estão menos atentos que eles, que em outubro de 2014, um ano depois da gestão do Senhor Presidente, o desemprego aumentou no Concelho. Esqueceu-se de dizer isso? Convém dizer isso, ou convém não dizer? É que em outubro de 2014 o desemprego no Concelho aumentou em relação a 2013 e isso consta da informação do IIEFP. Há ali uma coisa que, de facto, o Senhor Presidente já mudou de agulha e até de disco. É que antigamente era o Senhor Presidente que fazia, que acontecia, para os industriais. O Senhor Presidente é que arranjava os empregos. Uma vez numa reunião de Câmara disse: Estou a receber aqui uma mensagem da Senhora Diretora dos Recursos Humanos da empresa Aquinos a dizer que agora já estava mais 300 pessoas. Disse no lugar em que está sentado. O Senhor Presidente nunca mais disse isso, nem diz ao Órgão quanto é que a empresa Aquinos tem lá agora de pessoal. Não diz a forma como estão contratados. Não convém. Foi uma vitória que o Senhor Presidente ali tem. Embora quantos mais vierem para o nosso Concelho, melhor. De facto, o Senhor Presidente prometeu a Cidade das Abelhas, não veio. Prometeu pomar das maçãs, não veio. Prometeu a fábrica de sabonetes, não veio. Prometeu a Azurmetal, não veio. Prometeu aquela fábrica de escapes, não veio. Pergunta mais uma vez e não se vai cansar até que a voz lhe doa, dos grandes terrenos, dos grandes alaridos que o Senhor Presidente para aí fez, dos terrenos que comprou, a não ser a deslocalização da Covercar, que já estava instalada ainda no tempo até do Partido Socialista, estava instalada no tempo do Ex-Presidente Socialista, pergunta, que empresa é que o Senhor Presidente instalou em Nelas? Que dissesse uma. Que é para eles se calarem. Agora, a Madibéria, a LusoFinsa, isso é uma questão industrial, trabalham isso e felizmente que bem. Todas as empresas estavam no Concelho quando o Senhor Presidente chegou à Câmara. O Senhor Presidente não fez nada pela industrialização do nosso Concelho a não ser comprar uns terrenos em Canas de Senhorim para permitir, que já estavam alguns comprados, a deslocalização. A única coisa que fica no seu mandato de 2013/2017 é a deslocalização de uma empresa de Nelas para Canas de Senhorim. Essa é a grande obra que o Senhor Presidente fez, além de outras que o acusam por aí, mas não quer entrar por aí. Indo agora à renegociação do PAEL, já uma vez demonstrou ao Senhor Presidente e o Senhor Presidente devia ter agarrado nisso, ou pelo menos, até porque são duas Câmaras Socialistas, em novembro de 2013 as Câmaras



Reunião de 14/12/2016

Municipais de Loulé e de Évora, entre outras. O Senhor Presidente podia ver aí no seu telemóvel uma mensagem da empresa Aquinos a dizer que iam entrar mais 300 pessoas e o Senhor Presidente não lia a mensagem em condições. Foi só por isso que ele, Vereador Dr. Manuel Marques, parou a sua intervenção. Sabia que era uma falta de respeito o Senhor Presidente estar a mandar mensagens quando o Vereador da Oposição estava a intervir. Pedia a atenção do Senhor Presidente para ouvir as suas intervenções. As Câmaras de Loulé e de Évora pediram, em novembro de 2013, a renegociação do PAEL após o ato eleitoral e após a autorização do mesmo. O Senhor Presidente não fez nada. Disse que ia pedir a renegociação do PAEL. Ele, Vereador Dr. Manuel Marques e o Senhor Vereador Artur Ferreira tinham-lhe pedido o que é que podia fazer para renegociar o PAEL, pois está previsto na Lei e se não fosse permissível a Lei nem sequer contemplava essa parte no texto da Lei. O Senhor Presidente não fez nada. Pediu a renegociação do PAEL, com a baixa do IMI e com a apresentação imediata, em simultâneo, do pedido de empréstimo. Como que as pessoas fossem doidas. Então as pessoas na DGAL são doidas? Então a Câmara de Nelas está aflita de dinheiro e quer baixar o IMI e agora vem pedir um empréstimo? Isso foi uma forma capciosa do Senhor Presidente querer vir depois achincalhar a gestão do PSD e do CDS no anterior mandato. Todos sabiam que o Senhor Presidente, por dá cá aquela palha, mete a Câmara em Tribunal e até veio com um pedido de apreciação positiva, ou negativa, no caso do pagamento do subsídio ao Senhor Ex-Vereador Rui Neves, porque é que o Senhor Presidente não foi ao Tribunal Administrativo, ou de Viseu, ou de Lisboa, vir com uma apreciação negativa, ou positiva, da renegociação do PAEL em termos legais que a Lei prevê? Se a Lei prevê, vamos ver o que é que o Tribunal diz sobre esta matéria. Não. O Senhor Presidente, quando foi do pedido do subsídio ao Senhor Ex-Vereador Rui Neves, fez chicana política. À custa do Município a Câmara pagou custas, pagou advogados e o Senhor Presidente perdeu e fez isso. Nesta coisa importantíssima para o Concelho, que era renegociar o PAEL, o Senhor Presidente não o fez. O Povo saberá separar o trigo do joio. Ele, Vereador Dr. Manuel Marques, e depois de uma conversa que teve com os Senhores do PSD, também gostavam de ver a recriação das Freguesias de Aguieira e Moreira. Recorda-se da luta que o anterior Executivo teve e daí não arreda pé, para que essas Freguesias, que, aliás, eram para ser mais, Lapa do Lobo, Vilar Seco e Canas de Senhorim, que estavam na iminência de serem extintas, lutaram, trabalharam, conseguiram que Vilar Seco e Lapa do Lobo ficassem. Recorda o seu trabalho pessoal mais o trabalho do Senhor Salomão, Presidente da Junta de Freguesia de então, quando foram ao Instituto de Estatística em Lisboa demonstrar que aquilo que o Governo, ou que a Comissão estava a colocar no parecer para que fosse extinta a Freguesia de Lapa do Lobo, estavam errados e o anterior Executivo conseguiu que a Freguesia de Lapa do Lobo ainda hoje se mantém. Em relação às outras duas, o anterior Executivo recorreu ao Tribunal Constitucional, por uma Diretiva que enviou a Associação Nacional de Freguesias e não procedeu a sua petição. Mas com as propagandas que o Senhor Presidente faz de ir mostrar à Assembleia da República a duas, ou três pessoas, pergunta-lhe: em que pé é que isso está? Se vão ser, ou não, recriadas as Freguesias de Moreira e Aguieira? Pergunta-lhe também, da mesma forma, porque o Senhor Presidente também o fez, da sua visita à Assembleia da República com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e os representantes legais das associações, designadamente, do Lar de Carvalhal Redondo e do Lar de Deficientes de Canas de Senhorim, se, de facto, a Câmara já pode concorrer, ou não, aos



Reunião de 14/12/2016

fundos comunitários para que estas duas obras sejam uma realidade porque são importantíssimas para o Concelho. Já que está na parte social, que o Senhor Presidente tanto despreza, prefere as propagandas, as festas, as lonas, os pendões, os rallies e o ciclismo, contra, em detrimento da ação social, se há algum financiamento para o Lar da Misericórdia de Santar. O Senhor Presidente diz que lhe falta orçamento para eventuais obras de candidatura ao QREN. Repetia e pedia ao Senhor Presidente para fazer as contas já que ele, Vereador Dr. Manuel Marques, não é bom em contas, vai aprendendo com os puxões de orelhas do Senhor Presidente e do Senhor Vereador Adelino Amaral, que é mais dominador dessa matéria, mas os 3 milhões de euros que o Senhor Presidente gastou na Festa do Vinho, nas tendas, ou nas barracas, nos circos, isso dava para eliminar liminarmente todo o empréstimo do PAEL, que quando o anterior Executivo saiu era de 1.600.000,00 euros. Não. O Senhor Presidente prefere fazer outra gestão política, é dele, o Povo depois irá julgar. O Povo já entendeu que o Senhor Presidente, mais uma vez, mentiu à população, pediu desculpa, ia ser mais suave no termo, mais uma vez faltou à verdade às populações e que prefere gastar dinheiro nestas seus eleitoralismos e nestes seus devaneios, em prol da diminuição da dívida. O Senhor Presidente falou também na contratação de Pessoal. O Senhor Presidente queria resolver a contratação de Pessoal? Ou queria dar umas benesses àqueles que o bajulam e àqueles que lhe dizem Ámen e àqueles que se opõe aos Vereadores da Câmara? É que ele, Vereador Dr. Manuel Marques, olha para o Mapa de Pessoal, quanto à resolução do problema das pessoas que estão em situações precárias, o Senhor Presidente diz quase zero. Humilhou-as ao obrigá-las a estarem ali. O Senhor Presidente humilhou esta gente. Depois, ele olha, vê um Encarregado Geral, vê um Encarregado da Oficina, sabem para quem é. Vê não sabe quantos lugares de Dirigentes, sabem para quem são. E vê lugares de Técnicos Superiores, que também sabem para quem são. Então, o Senhor Presidente tem este garrote? Das duas, uma, ou o Senhor Presidente está distraído e quer passar um atestado de incompetência, como quis fazer a sua Vice-Presidente e já lhe ia dizer porquê? Ou então não sabe o que é que o Senhor Presidente pretende. Afirma ali publicamente que, já o fez na página do seu facebook, quando o Senhor Presidente quiser resolver as questões precárias dos Trabalhadores da Autarquia, que contasse com o seu apoio. Quando o Senhor Presidente quiser resolver o problema do lugar de Dirigente da Dr.^a Célia e diz ali, claramente, olhos nos olhos, que o Senhor Presidente contasse com ele para o resolver, pese embora, quando o Senhor Presidente tomou posse, neste mesmo salão o acusou, mas ele já lhe perdoou, errar é humano e perdoar é divino. Quando o Senhor Presidente quiser pôr esta Senhora em Chefe de Divisão que contasse com o seu apoio, independentemente dos problemas pessoais que tiveram, não profissionais que nunca os teve. Por isso que conte com o seu apoio. Agora, para pessoas que vão levar ao seu gabinete que este fez isto, que aquele fez aquilo, ou porque o Senhor Vereador Adelino Amaral fez isto, ou porque o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges fez aquilo, ou porque a Senhora Vereadora Dr.^a Rita Neves fez aqueloutro, que o Senhor Presidente não contasse com ele e irá até às últimas consequências para que isso não seja aprovado. Em relação às obras de proximidade, de facto, o Senhor Presidente, durante a sua campanha e até o Senhor Vereador Adelino Amaral também tem que levar por tabela porque também disse, obras: passeios e muros. Agora, na gestão do Senhor Presidente vê passeios e muros á porta de quem lhe convém. É o caso de Vila Ruiva que foi à porta dos seus amigos Borges, que lá andou a pôr um passeiozito. Querem ver que qualquer dia o Senhor



Reunião de 14/12/2016

Presidente ainda vai concorrer pela Coligação PPD/PSD-CDS/PP, com esta inversão que o Senhor Presidente está a ter? Pela sua parte diz já que não o aceitará até porque nunca faria uma Coligação onde o Senhor Presidente fosse cabeça de lista. Perguntou ao Senhor Presidente o que é que se passou junto ao quintal do Senhor José Tavares que estava calcetado metade e depois arrancaram a calçada outra vez para pôr lá uns tubos vermelhos. Também tem guardados os seus memoriais, como diz o Senhor Vereador Artur Ferreira, lá na Torre do Tombo de Vila Ruiva, tem lá guardada uma fotografia do Senhor Presidente com as donas da Casa Tavares em que outorgou um protocolo para abrir ao Público em finais de 2013, princípios de 2014. Pergunta: O que é que se passou, entretanto, com esse protocolo? Se foi rasgado como o Senhor Presidente queria rasgar o PAEL e não o fez, não o vai fazer, porque quem quer rasgar o PAEL, quem quer rasgar um contrato que o tirasse das amarras, como diz o Senhor Presidente, do PAEL, que é liquidar, no ano de 2017, 38.000.00 euros, menos do que custou a barraca que estava lá fora, por aí não vão lá e ele já percebeu que o Senhor Presidente quer continuar a receber as receitas do IMI e empurrar com a barriga o ónus para o PSD e CDS. É isso que o Senhor Presidente quer. Toda a gente já percebeu. Toda a gente já entendeu. Ele, Vereador Dr. Manuel Marques, foi acusado na Assembleia Municipal que um dia disse ao Senhor Presidente, numa reunião de Câmara, que deveria pagar as dívidas em detrimento das obras. Anda um bocado baralhado às vezes. Baralha-o a gestão política que o Senhor Presidente faz deste Concelho. Vê pôr paralelos ali, ao outro dia vê arranca-los. Vê montar ali uma barraca de 100.000,00 euros, ao dia vê-a desmontada. Isso baralha-o. Vê gastar quase 400.000,00 euros na Festa/Feira do Vinho e vê os agricultores a berrarem, coitados, têm que arrancar as videiras porque não conseguem vender o vinho e fica baralhado. Não se recorda e para descoberta da verdade, porque o seu paizinho era pastor e sempre lhe ensinou a seriedade e a verdade e não enriquecer à custa dos outros, disse-lhe sempre para falar verdade e ser um homem sério para não lhe sujar as barbas. Gostava que o Senhor Presidente determinasse aos Serviços que vasculhassem as atas onde é que ele disse: Paguem a dívida e não façam obras. Até porque isso foi mentira e ele não podia dizer isso. Porque se alguém quis obras de proximidade, se alguém quis obras neste Concelho, foi ele na qualidade de Vereador do anterior Executivo. Certamente que os outros também as queriam. Mas podia dizer com toda a clareza que não se envergonhava das obras que fez o anterior Executivo no Concelho. Tinha pedido ao Senhor Presidente o custo dessas obras e o Senhor Presidente não o quis fazer. Mas sabe que, do Orçamento Municipal, foram aplicados em obras neste Concelho uma percentagem que dignifica o anterior Executivo. Que se visse em Nelas a Variante, o Centro Educativo, e podia dizer que aquilo não está bem porque está a cair, a requalificação da Casa dos Senas. O anterior Executivo fez, de uma forma equitativa, obras em todo o Concelho. Ainda noutro dia lhe dizia um Senhor Presidente de Junta que gostou muito de trabalhar com ele porque cada vez que precisava de alguém tinha um telefone disponível, a qualquer hora da noite, para ir à Freguesia dele, ao contrário de agora que não sabe com quem é que há-de falar nesta casa. A política do Senhor Presidente da Câmara está a estoirar pelos últimos dias. Está a rebentar. Já deram conta que o Senhor Presidente não quer saber das obras, nem pagar os empréstimos e dizia-lhe, noutro dia, um Senhor Vereador, ali naquele mesmo Órgão, que o exercício de 2015 apresentou um prejuízo de quase 1,5 milhões de euros, o que quer dizer que o Orçamento está a ser deficitário e o Senhor Presidente gastou mais 1,5 milhões de euros do que tinha de receitas para cobrir isso. Por este andar e da



Reunião de 14/12/2016

maneira como o Senhor Presidente está a fazer, chegam ao final do seu mandato com a Câmara numa situação financeira de garrote, aflitiva e depois olham para trás, não vêm uma obra a não ser um passeio, aqueles passeios que o Senhor Presidente criticava, o esfumar-se das barracas, das festas e de tudo isso mais, quando vemos as nossas populações aflitas, designadamente, na área da agricultura, em que o Senhor Presidente nada faz, preocupa-se com dois, ou três e não se preocupa com quem, de facto, é preciso neste país. Para haver Engenheiros tem que haver Pedreiros. Para haver advogados tem que haver Clientes e o Senhor Presidente, não. O Senhor Presidente faz as festas mas não se preocupa com quem, de facto, cultiva a terra e que ainda é uma boa percentagem neste Concelho. -----
---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Cumprimentou todos os presentes. Afirmou que, muito rapidamente, até porque constata que o Período de Antes da Ordem do Dia foi consumido e os Senhores Vereadores Dr. Manuel Marques e Artur Jorge, de facto, falaram muito, ma pouco disseram e nada acrescentaram porque, de facto, são lugares comuns, têm razão nalguns pontos. Estão sempre a dizer o mesmo e muitas dessas críticas e muitas dessas opiniões baseiam-se e fundamentam-se numa situação que os Senhores Vereadores não querem reconhecer e ele, por imperativo de consciência, como sempre fez, sempre que alguém vem ali tentar lavar a cara daquilo que foi a desgraça de oito anos de Executivo do PSD, ele tem a obrigação moral de o desmentir e de recordar, de facto, a situação em que o Executivo anterior deixou a Câmara em termos financeiros e não só. O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques refere a ausência de instalação de novas empresas nos últimos anos no Concelho de Nelas. Pois isso é extensível até 2005 porque no Executivo anterior, em oito anos de Executivo PSD/CDS também a instalação de empresas novas foi praticamente nula. Ao contrário, houve encerramento da maior Unidade empregadora que existia. Mas isso, enfim, foram circunstâncias que não tiveram a ver diretamente com a ação do Executivo e, como tal, nunca tentou atribuir responsabilidades ao Executivo, nem é agora que o fará. De qualquer maneira, é notório e é evidente que toda a ação do atual Executivo é fortemente condicionada, para não dizer condicionada a 100%, pela situação financeira que herdou e isso não pode ser escamoteado e nunca podemos cair na tentação de, por mais erros que este Executivo possa cometer, de com essa leitura limpar a imagem do Executivo anterior e da Senhora Presidente e dos Senhores Vereadores que cá estiveram, a começar logo pela questão do PAEL que, naturalmente, votou contra e está de consciência tranquila. Então os Senhores assinaram um contrato que era válido por 20 anos e achavam natural que ao fim de dois anos aquilo estivesse tudo rasgado e tudo sem efeito? Não lhe parece justo e não lhe parece sério fazer essa abordagem. O PAEL foi um contrato e o Plano de Saneamento Financeiro foi uma coisa ponderada até porque não surgiu do acaso. Surgiu do evoluir de uma situação que se foi agravando ao longo dos oito anos, sempre a agravar e foi um buraco onde o Executivo anterior empurrou o Município, não ia dizer intencionalmente, mas foi premeditadamente porque era mais que evidente que a forma como os Senhores governavam esta casa não podia dar outro resultado se não esse e não digam que não foram avisados porque sempre que havia apreciação de Contas e sempre que havia aprovação de Orçamentos, ele sempre alertou de que o caminho que estavam a seguir era, de facto, o caminho da ruína e ele, Vereador Adelino Amaral, não é, nunca foi, nem quer ser profeta da desgraça, embora lhe chamassem isso muitas vezes ali naquela mesa. Podemos criticar as opções deste Executivo e ele próprio



Reunião de 14/12/2016

também faz bastantes críticas e sente-se nesse direito e toda a gente tem esse direito. Podemos criticar e podemos dizer que a afetação dos recursos está a ser mal, ou bem-feita, ou podia ser mais aqui do que ali e isso é normal. Agora, não podemos é dizer que com a situação financeira que este Executivo herdou podia fazer maravilhas porque não podia porque não tinha hipótese nenhuma de o fazer. Por exemplo, na questão da aprovação do Orçamento, ele propôs e com mais, ou menos, um acordo de toda a gente, porque a sua proposta pensa que transmitia, ou que incorporava aquilo que foi a opinião de todos os Senhores Vereadores, ele propôs a redução de despesa corrente de 1 milhão de euros e redução em despesa de investimento de 2 milhões de euros. Portanto, quem propõe, ou quem aceita uma proposta da redução de investimento de 2 milhões de euros não pode vir a seguir dizer que, é pá, não se faz obra nenhuma e tal. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou aos Serviços qual tinha sido o seu sentido de voto em relação ao Orçamento de 2017, tendo sido informado que se absteve. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que isso não era importante porque a discussão do Orçamento foi feita ali e estavam todos de acordo. Naturalmente, havia críticas quanto à distribuição de alguns investimentos. Havia críticas quanto às despesas correntes que se propôs reduzir e foram reduzidas e o valor de investimento também foi reduzido. Portanto, não podemos estar a propor a redução do valor de investimento e depois, no fim, vir criticar por não haver investimento. Não há investimento mas também não pode haver porque a situação financeira que foi herdada, de facto, não deixa margem para isso. Agora, se era possível o PAEL ter sido liquidado, se era possível fazer empréstimos, se era possível reduzir as taxas de IMI, se era possível melhorar ainda aquilo que foi a renegociação do empréstimo, fazer outro empréstimo ainda melhor, tudo isso é tudo discutível. Agora, por favor, não digam que o ponto de partida era uma situação financeira folgada. Porque não era. O ponto de partida era um garrote, era um laço muito apertado à volta do pescoço da Autarquia durante os 20 anos, que era o período da duração do PAEL. Agora, ao fim de dois anos, vir dizer: Afinal, isso já devia ter sido pago. Então, faz-se um contrato com um horizonte temporal de 20 anos e ao fim de dois anos parece que era natural que já tivesse sido liquidado? Não. As condições financeiras melhoraram, o desempenho em termos de gestão financeira melhorou, as receitas aumentaram, felizmente, embora à custa dos Municípios e do pagamento de IMI, que é uma situação injusta e, infelizmente, nós não podemos retificar no imediato. E foi isso que também deu algum alento, naturalmente, a este Executivo. Mas, o que é verdade é que o atual Executivo herdou uma situação de catástrofe e pouco mais poderia fazer do que aquilo que está a ser feito. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que já eram 11 horas e 17 minutos. Deu a palavra ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, mas apelava à sua capacidade de síntese. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que ia demorar dois minutos, no máximo. De seguida, dirigindo-se ao Senhor Vereador Adelino Amaral, afirmou que o seu amigo se tinha esquecido o que é que o anterior Executivo fez na parte industrial. Não andaram aí com editais, ou com comunicados. Recorda-se da QBeiras, da Faurécia, do encerramento da Johnson Controls que fechou e que 600 pessoas foram para o desemprego e o anterior Executivo conseguiu aguentar e a prova evidente é que, dessas 600 pessoas, este Executivo só conseguiu empregar 250 pessoas. Esta é que é a verdade. E estão a esquecer



Reunião de 14/12/2016

uma questão que é fundamental, o Senhor Vereador Adelino Amaral parece que não passou e que ainda hoje estão a atravessar, a questão que o País atravessou, que foi transversal a todos os Concelhos. E não foi o PSD, nem o CDS, que arrumou para lá com isso. Estão a esquecer-se disso, 2009, 2010, 2011, foi por aí fora até 2013. É óbvio que depois isto começou a melhorar. Diz o Senhor Vereador Adelino Amaral que esta situação financeira da Câmara se agravou. Era bom que o Senhor Presidente da Câmara explicasse porque é que na reunião de 30 de maio de 2006, quando a atual Presidente da Câmara era Vice-Presidente da Câmara da Senhora Dr.^a Isaura Pedro, contraíram um empréstimo de 700.000,00 euros, estavam tão bem financeiramente, maravilha, contraíram um empréstimo de 700.000,00 euros, estava-se a referir à reunião de Câmara de 30 de maio de 2006, e renegociou um outro empréstimo de 2 milhões de euros. Então, estavam tão bem financeiramente e porque é que fizeram estes empréstimos de quase 3 milhões de euros? Logo em maio de 2006, 30 de maio de 2006 – Trabalhoso a mais do Parque de São Miguel. Tinha uma súmula dos assuntos discutidos em cada reunião. Tem ali as reuniões todas. Até tem ali as intervenções do Senhor Vereador Adelino Amaral e tudo. Ele, Vereador Dr. Manuel Marques, questionou que era bom, ou afirmou que era bom que o Senhor Presidente da Câmara viesse agora dizer porque é que em maio de 2006, era ele Vice-Presidente da Câmara da Senhora Dr.^a Isaura Pedro, fizeram um novo empréstimo de 700.000,00 euros e renegociaram um outro empréstimo de 2 milhões de euros. O Senhor Vereador Adelino Amaral votou contra. Mas o Senhor Presidente votou favoravelmente e foi ele que organizou isso, ao contrário de dizerem que, Vereador Dr. Manuel Marques, é que mandava na Câmara, ele, Dr. Borges da Silva, é que tratou de tudo, o Senhor Presidente que explique agora porque é que fizeram isso. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que foi muito simples. É que no ano de 2006 o valor dos subsídios atribuídos ao futebol e, por aí fora, triplicou. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques agradeceu essa explicação ao Senhor Vereador Adelino Amaral, e o atual Presidente da Câmara era o responsável pela atribuição desses subsídios. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou, que em 2006, esses subsídios passaram de 230.000,00 euros para 760.000,00 euros. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que isso era a boa gestão do candidato do Senhor Vereador Adelino Amaral, naquele tempo e agora. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que essa foi a razão do recurso logo ao empréstimo. Perguntou se isso não seria aquele programa do Pagar a Tempo e Horas. Nessa altura, os Vereadores do Partido Socialista não rotulavam o anterior Executivo por fazer muros e passeios. Era por fazer, só, muros e passeios e também uns porcos no espeto. ---

---- **Foi feito um intervalo na reunião de Câmara por falta de energia elétrica.** -----

---- **Reaberta a reunião,** o Senhor Presidente perguntou a quem estava a falar se já tinha terminado. Afirmou que queria dar uma explicação relativamente às questões colocadas pelo Senhor Vereador Dr. Manuel Marques. Relativamente à questão das Freguesias de Moreira e Aguieira há dois Projetos de Lei na Assembleia da República com vista à revisão do processo que levou à fusão das Freguesias, um deles do Bloco de Esquerda e outro do PCP e que pugnam para que sejam repostas as Freguesias todas à exceção daquelas Freguesias que manifestem que não o querem, um e outro. Portanto, o Bloco de Esquerda e o PCP pugnam para que isso aconteça assim e que isso acontecesse já no atual mandato. Portanto,



Reunião de 14/12/2016

brevemente, vai haver uma decisão sobre esse assunto. O outro projeto é uma Proposta de Resolução por parte do Partido Socialista no sentido de se fazer uma reapreciação da fusão de Freguesias que foi feita e foi criado um Grupo de Trabalho nesse sentido e é esse Grupo de Trabalho que está a decorrer. Como é regimental, há sempre a Comissão de Ambiente, de Poder Local, Ordenamento, que decidiu fazer uma audição pública dos Projetos e escreveu para a Câmara de Nelas para que o Executivo inscrever três pessoas. Portanto, era limitado a 300 pessoas, ou 350 pessoas. Portanto, ele, Senhor Presidente, inscreveu o Senhor Presidente da Câmara e um representante das fundas Freguesia de Moreira e de Agueira e estiveram na Assembleia da República e ele, Senhor Presidente, usou da palavra no sentido de que, em termos harmoniosos, não faz sentido nenhum deixar de haver no Município de Nelas, acha que é entendimento que presume que é de todos, que as gerações de Autarcas que lutaram pelas Freguesias de Moreira e de Agueira devia ser restabelecido. Portanto, manifestou essa intenção, mas depois não-de funcionar os Órgãos próprios, a Câmara a pedido da Assembleia de Freguesia, a apreciação da Assembleia Municipal, que não se pronunciou aquando da fusão das Freguesias, e o processo foi aquele que eles conhecem. Queria também distribuir pelos Senhores Vereadores, aquando nesta falha de energia, ele, Senhor Presidente, foi buscar os mapas de endividamento de 2005, 2006, 2007, 2013 e 2015. Os Senhores Vereadores estão sempre a falar e ele não tem conhecimento de todos os mapas, de 2006 já não tinha memória e assim todos ficam com a informação do mapa de endividamento de médio e longo prazo da Câmara de 2005. Em resumo, só dois minutos para este assunto, em 2005 o endividamento de médio e longo prazo deixado pela Câmara Socialista que perdeu as eleições no final do ano, ou em outubro, já não se recorda, era de 3.200.000,00 euros e passado 8 anos o endividamento de médio e longo prazo da Câmara da Câmara era de 14.142.000,00 euros. Resulta dali também daqueles mapas que de 2013 para 2015, que são as últimas contas aprovadas, o endividamento de médio e longo prazo baixou de 14.142.000,00 euros para 11.575.000,00 euros. Houve a renegociação dos empréstimos, que agora estão no último mapa, consolidados no Crédito Agrícola e uma outra coisa que resulta dali, por indicação da Senhora Dr.^a Célia, é que este empréstimo de 1.950.000,00 euros, que tinha sido contratado para, alegadamente, a Variante da E.N. n.º 234 de Nelas, rede viária da Freguesia de Senhorim, e por aí fora, a Caixa nunca chegou a aceitar a sua renegociação. Resulta também daqui que, quer nos Executivos do Partido Socialista antes de 2005, ou até 2005, quer a partida daí, sempre os Executivos Municipais recorreram a empréstimos de médio e longo prazo para fazer obras. O único Executivo que não fez um único empréstimo para fazer obras é o atual. Todos os Executivos anteriores financiaram, desde 1997, 1998, 2000, 2002, depois em 2006 o tal empréstimo de 697.670,00 euros diz ali para que foi. A justificação do empréstimo foi: Variante da Agueira; Ligação do cemitério à Rua do Salgueiro; Estrada Canas de Senhorim – Póvoa de Santo António e Rua Fonte da Cruz; Beneficiação da rede viária interior em Carvalhal Redondo. Estava ali a justificação do empréstimo que foi feito em 2006. Em 2007 houve também um empréstimo para a construção de 36 fogos de habitação social de 792.000,00 euros. O endividamento de médio e longo prazo era aquele que está evidenciado nas contas do Município e atualmente é o que está. Quando tiverem que falar sobre empréstimos, sobre endividamentos, têm esse papel sempre à mão para clarificar. Agora, é inquestionável que todos os Executivos recorreram a empréstimos para fazer obra, todos, incluindo o Executivo do PSD/CDS que recorreu ali a 2,5 milhões de euros em 2009



Reunião de 14/12/2016

para fazer os Centros Educativos de Senhorim, Canas de Senhorim e Nelas e só fez o Centro Educativo de Nelas e que foi financiado. Está ali inscrito no endividamento de médio e longo prazo. Houve uma parte da Câmara na construção do Centro Educativo de Nelas que foi um milhão e poucos mil euros. Essa obra custou 3,5 milhões de euros, logo a Câmara participou em 1 milhão de euros. Reafirma isto para ficarem bem cientes e para reforçar também o que o Senhor Vereador Adelino Amaral afirmou, que é inquestionável, são números. O Executivo anterior entrou para a Câmara com um endividamento de médio e longo prazo de 3.200.000,00 euros e deixou 11 milhões de euros mais de dívida de médio e longo prazo e é inquestionável, estava ali. Isto é além dos seus Orçamentos, até ao exercício de 2015, que foi 2014, estão ali os números. Portanto, em 2014 e 2015 passou de 14.142.000,00 euros para 11.575.000,00 euros. Seja com o IMI que é uma receita da Câmara. Agora, diz uma coisa aos Senhores Vereadores: Não sejam descarados, a receberem uma Câmara com 3 milhões de euros de dívida de médio e longo prazo, deixarem-na com 14 milhões de euros. Recorreram todos, o Governo do Senhor Dr. José Correia e o Governo da Senhora Dr.^a Isaura Pedro, a empréstimos para fazer obras, estão ali inscritos e estão ali os mapas que são uma oferta. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que o Senhor Presidente gastou 3 milhões de euros em festas e que em vez de ter reduzido a dívida em 3 milhões de euros tinha-a reduzido em 6 milhões de euros. Que o Senhor Presidente dissesse toda a verdade às pessoas. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que em 2005 gastava a Câmara, em amortização de empréstimos, 92.000,00 euros. Em 2006, 250.000,00 euros. Em 2013 já gastou em amortização 702.000,00 euros. E em 2015 já gastou mais de 1 milhão de euros de amortizações. Dirigindo-se ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, afirmou que quando lhe trazia os papéis que desmentem completamente o que ele estava para aí a dizer que ninguém percebia nada, ele, Senhor Presidente, trouxe-lhe os papéis e o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques começa aos gritos. Perguntou-lhe se era mentira o que estava nos papéis. Na próxima reunião de Câmara a Senhora Vice-Presidente vai trazer as despesas discriminadas, ligadas ao Natal. A tenda que esteve ali montada naqueles 4 dias custou 20.500,00 euros mais IVA. O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques já falou hoje em 100.000,00 euros 10 vezes. Portanto, o único Executivo que não contraiu nenhum empréstimo para fazer obras foram eles, os desgraçados que estão ali há três anos. E ainda querem obras de proximidade. O Senhor Vereador Artur Ferreira ainda quer amortização de empréstimos. Que tenha juízo, com todo o respeito. E que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques trouxesse sempre os mapas para as reuniões de Câmara. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que queria só fazer uma sugestão. Está preocupado é com o presente e o futuro, não é com o passado. O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques falou nas obras que a Câmara está a fazer à frente dos Jardins da Casa Tavares. Disseram-lhe que há lá uma conduta antiga de água. Não sabia até que ponto ainda é possível, ou não, recuperar essa conduta e pôr o tubo já de PVC nessa zona. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que era uma boa sugestão e o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques falou nisso também. Estava a ver se também conseguem aprovar, o Executivo fez um projeto de água que inclui também substituir-se muitas das condutas de fibrocimento e,



Reunião de 14/12/2016

ele, Senhor Presidente, estava a tentar, a todo o instante saber se consegue reverter isso. Ia ver. -----

ORDEM DO DIA

1 – SUBSÍDIOS

(418/2016/12/14)1.1.ATRIBUIÇÃO DE APOIO À LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO – NÚCLEO REGIONAL DO CENTRO – RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 8647, datada de 30/11/2016, da Unidade Orgânica de Cultura, Educação, Desporto e Serviço Social, que a seguir se transcreve: -----

---- *“Atribuição de apoio à Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional do Centro
---- Considerando que nos termos do artigo 33º, nº1, alínea u) da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, ou outra de interesse para o município, e em virtude da realização do Sarau Cultural “O QUE NOS LIGA” a decorrer no dia 1 de Dezembro, pelas 14h30, no Cine Teatro Municipal de Nelas, organizado pela LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO – Núcleo Regional do Centro, e de acordo com as indicações de V.Ex.ª, solicita-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de 500,00€ (quinhentos euros). -----*

---- *Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.” -----*

---- O Senhor Presidente afirmou que tinha ali um convite para ir a um convite para ir a uma iniciativa da Luta Portuguesa Contra o Cancro, organizada no Cine-Teatro e ali foi lapso seu não ter agendado isso com tempo para atribuição de um apoio financeiro. Eles vieram à Câmara falar com ele, Senhor Presidente. Há uma Comissão onde está a Maria Antónia, 20 mulheres, a Professora Berta, uma série de gente e puseram-lhe a questão e ele, Senhor Presidente, presumiu, excepcionalmente, que a Câmara lhe ratificaria a atribuição de um apoio de 500,00 euros à Liga Portuguesa Contra o Cancro até por gratidão a todas as pessoas que no Concelho estão envolvidas neste trabalho e trás este assunto para ratificação. Era essa questão e era um pedido de desculpa por se ter adiantado mas que presumiu o assentimento dos Senhores Vereadores e de toda a Câmara para ratificação deste subsídio. Perguntou se algum dos Senhores Vereadores se queria pronunciar. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou ao Senhor Presidente se achava que, pelo menos ele, algum dia, da sua parte votava contra a ratificação desta questão. E não ia falara na história estafada das refeições que já passou. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar a atribuição de um subsídio, no valor de 500,00 euros, à Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional do Centro, de acordo com a informação interna n.º 8647, datada de 30/11/2016, da Unidade Orgânica de Cultura, Educação, Desporto e Serviço Social, atrás descrita, cujo pagamento foi efetuado em 30/11/2016, através da Ordem de Pagamento n.º 3552. -----

2 – DIVERSOS



Reunião de 14/12/2016

2.1.EVENTUAIS CRÉDITOS DO SPORT LISBOA E NELAS SOBRE O MUNICÍPIO DE NELAS, EXECUTADOS PELA CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO TERRAS DE VIRIATO, CRL – CONHECIMENTO

---- Presente o Processo n.º 107/09.9TBNLS, Execução Comum, da Secção de Execução – J1, da Comarca de Viseu, referente a eventuais créditos do Sport Lisboa e Nelas sobre o Município de Nelas, executados pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato, CRL. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que nesta questão queria envolver a discussão da Câmara Municipal e que tem a ver com o Sport Lisboa e Nelas. Ele, Senhor Presidente, tem sido notificado porque há um processo em Tribunal, que corre entre a Caixa de Crédito Agrícola, o Sport Lisboa e Nelas e Outros, que são os Senhores Manuel Luis Couto Amaral Rodrigues (Cavaca) e o Fernando Alexandre. Enviou cópias para os Senhores Vereadores. O que o Executivo respondeu é o que está no ofício d 15/09/2016, que comunicou o que lá está escrito. Depois, o Executivo recebeu uma outra notificação da Juiz para o Senhor Presidente da Câmara se pronunciar, querendo, sobre o requerimento apresentado pela Caixa Agrícola. O Executivo respondeu que, em termos de Contabilidade da Câmara, não existe reconhecido nenhum crédito daqueles que são referenciados no requerimento, a favor do Sport Lisboa e Nelas. Todavia, existe, como ele, Senhor Presidente, deu cópia aos Senhores Vereadores, uma situação de um vazio criado na Câmara entre 2009 e 2010. É que, nos termos que constam das atas, a Câmara de Nelas, em 14 de julho de 2009, atribuiu ao Sport Lisboa e Nelas e celebrou um Contrato-Programa até ao máximo de 111.250,00 euros. É bom saber e por isso distribuiu também um Decreto-Lei, que é o Decreto-Lei n.º 273/2009, que é posterior à atribuição deste subsídio e que no artigo 6.º, torna insuscetível de penhora judicial de bens os subsídios atribuídos, incluindo apoios financeiros concedidos ao abrigo do presente Decreto-Lei que se encontrem exclusivamente afetos às finalidades para as quais foram atribuídas. Entre esta deliberação de 14 de julho de 2009, até 111.250,00 euros, e a revogação da atribuição de subsídio, pelas razões também que estão na ata de 30 de março em que já tinha entrado em vigor este Decreto-Lei n.º 273/2009 que tornava insuscetível de penhora qualquer subsídio que a Câmara, entretanto, atribuísse. Portanto, passando aos factos, foi revogado este subsídio de 111.250,00 euros e depois, em 27/07/2010 foi deliberado atribuir, está na parte final da última ata de 27/07/2010: *A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir ao Sport Lisboa e Nelas um subsídio no valor de 80.000,00 euros, correspondente à época desportiva 2009/2010, a pagar nos termos a definir em Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, a celebrar entre este Município e aquela Associação Desportiva nos termos da lei.* Para a época desportiva 2009/2010 a Câmara de Nelas deliberou primeiro um subsídio, que depois revogou e depois decidiu atribuir outro, que era impenhorável e nunca celebrou um contrato-promessa com o Sport Lisboa e Nelas. Portanto, há uma época desportiva que é 2009/2010 em que o Sport Lisboa e Nelas não recebeu um tostão. A Senhora Juiz e a Senhora Solicitadora querem que seja o Presidente da Câmara a pronunciar-se sobre a materialidade deste assunto. Ressalta à vista e é evidente para qualquer pessoa que havia ali uma questão que tinha a ver com os 111.250,00 euros estarem no Plano de Ajustamento Financeiro, mas deixaram de estar porque quando foi comunicado o mapa definitivo das dívidas já lá não constava esta dívida, que é um argumento que é utilizado também pela Caixa Agrícola que era, se isto era um crédito do Sport Lisboa e Nelas ele tinha sido penhorado e a Câmara tinha



Reunião de 14/12/2016

que pagar isto à Caixa Agrícola. Ele, Senhor Presidente, lendo os documentos e pondo entre a deliberação de 14 de julho de 2009 e da de 27 de julho de 2010, um Decreto-Lei que torna um crédito insuscetível de penhora, acha que não precisa de dizer mais nada. A Câmara de Nelas, neste período de 2009/2010, não quis pagar qualquer subsídio ao Sport Lisboa e Nelas, subsídio esse em que foram atribuídos 111.250,00 euros e era penhorável e estava penhorado. Portanto, o Sport Lisboa e Nelas, objetivamente, parece-lhe, sendo certo que a Contabilidade não evidencia isso porque nunca foi celebrado qualquer contrato-programa relativo aos 80.000,00 euros. Houve intenção deliberada da Câmara Municipal em não garantir uma receita ao Sport Lisboa e Nelas que pudesse ser penhorada pelo Crédito Agrícola. Portanto, há ali uma situação de injustiça material objetivamente para com a instituição Sport Lisboa e Nelas e dizia também, para com as pessoas que avalizaram os empréstimos, que é inquestionável, que o Senhor Cavaca e o Senhor Alexandre, é a questão material. Até lhe arrepiava ver hoje pessoas a falarem em tanta moralidade quando anularam, por razões de lanacaprina, que vêm escritas na ata, 111.250,00 euros. Depois, aprovaram um Contrato-Programa de 80.000,00 euros, que não era penhorável, que depois nunca vieram a celebrar. Que raio de gestão era esta senão virada completamente contra o Senhor Cavaca e contra o Senhor Fernando Alexandre. O Crédito Agrícola tem feito requerimentos ao Tribunal e o Tribunal tem chutado a bola para ele, Senhor Presidente. E ele, Senhor Presidente, tem dito, objetivamente, ao Tribunal que tem cumprido, ainda que seja, naturalmente, amigo destas pessoas, tem cumprido escrupulosamente a obrigação de um Presidente de Câmara, que é comunicar ao Tribunal que, contabilisticamente, não há na Câmara crédito nenhum do Sport Lisboa e Nelas. Foi isso que foi transmitido nos dois ofícios. Se ele, Senhor Presidente, tivesse prometido tinha dito o contrário. Materialmente, houve pessoas, no mandato anterior, a fazer maldades contra pessoas que estavam ligadas a clubes e a instituições. Pediu ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques para ter calma e ficar tranquilo e não ficar nervoso. Traz a informação à Câmara. Não pode deixar de dar esta explicação e trazer a informação daquilo que tem feito relativamente à interpelação da Câmara relativamente à penhora. E não é só este subsídio de 111.250.00 euros, é de todos os subsídios. Objetivamente, não existe nenhum crédito ali reconhecido formalmente. Agora, materialmente, na sua modesta opinião, e é só ler o conteúdo das atas, a Câmara portou-se muito mal com o Sport Lisboa e Nelas e com os seus dirigentes na altura, a quem, intencionalmente, aparentemente, quis colocar em situação de dificuldade. Perguntou aos Senhores Vereadores quem é que se queria inscrever. Deu a palavra ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques e já agora que o deixasse dizer-lhe uma coisa: isto é uma questão e que não seja só uma discussão meramente teórica e política, mas que seja também uma discussão útil a dizerem o que é que cada um dos Senhores Vereadores faria nesta situação e o que propõem que a Câmara faça. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques pediu ajuda ao Senhor Presidente para centralizar melhor a sua intervenção. Perguntou ao Senhor Presidente quando é que ele foi notificado daquele papel, estava ali o carimbo de entrada, 29 de novembro de 2016. Perguntou ao Senhor Presidente se era, ou não era, minimamente estranho que este assunto seja em 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016. Todos sabiam que o Senhor Presidente prometeu a essas pessoas que lhe ia pagar. Todos sabiam que o Senhor Presidente disse ali numa reunião de Câmara que quem ia pagar aquilo era ele, Vereador Dr. Manuel Marques e a Senhora Dr.^a Isaura Pedro, o pedido de indemnização. -----



Reunião de 14/12/2016

---- O Senhor Presidente afirmou que devia ser. -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que a denúncia que o Senhor Presidente foi mal feita e que era isso que ele queria. Dizem os velhinhos da sua terra que a semente da língua aproveita-se em cima de uma laje. Que o Senhor Presidente visse quem é que fez as manigâncias. E não sai mais dali porque está em segredo de justiça. Depois, outra coisa que é minimamente estranha, porque carga de água é que os responsáveis do empréstimo, que eram avalistas do mesmo, que fizeram empréstimos à revelia dos sócios do Sport Lisboa e Nelas, sem qualquer Assembleia Geral que o provasse, sem contas que mostrem este saldo, porque carga de água é que a Caixa de Crédito Agrícola, a exequente, a credora, vem levantar o arresto em 2012, destes Senhores? Que o Senhor Presidente explicasse. Que o Senhor Presidente perguntasse no escritório do advogado deles porque é que aconteceu isso. Aliás, até arrolaram a Colega do Senhor Presidente e não foi ao PIC, ao pedido cível, podiam lá ter ido. Já que ele, Vereador Dr. Manuel Marques, foi tão mal julgado, como o Senhor Presidente diz, que nem sequer recorreram do Acórdão, porque é que a Colega do Senhor Presidente não foi lá para ele, Vereador Dr. Manuel Marques, ser incriminado? No PIC foi arrolado o escritório do Senhor Presidente, o processo já transitou em julgado e já não há nada a fazer, porque é que a Colega do Senhor Presidente não foi lá ao Tribunal, ao PIC, defender o pedido de processo cível, já que era injusto como o Senhor Presidente diz? É estranho, de facto, porque é que em 2012, a Caixa não fez nada? Não. O problema está resolvido. Eu salto daqui para fora. Tiramos aqui o arresto dos bens do Senhor Cavaca e da Senhora Helena Martins e ficamos aqui só os créditos, já tinham combinado com o Senhor Presidente? Segunda questão: Porque é que o requerimento só surge agora em novembro de 2016? O Senhor Presidente estava à espera que a Senhora Dr.^a Isaura Pedro e o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques fossem condenados para pagar ao Sport Lisboa e Nelas e então ficava tudo resolvido? Já não havia pagamento de nenhum subsídio? O Senhor Presidente diz que foi má-fé. O Senhor Presidente, que é um sábio, um homem das leis, um eloquente advogado, diz isto com todo o respeito, sabe que é que aconteceu na Câmara Municipal de Lamego? Os Senhores Vereadores foram responder e foram obrigados a pagar o dinheiro dos subsídios que atribuíram depois das penhoras. O Senhor Presidente tem que saber, tem que se informar. Foi esse o móbil e não há aqui perseguição nenhuma. Se alguém persegue alguém é o Senhor Presidente. Tiveram a ousadia de fazer uma carta para o Ministério Público com o nome duma Senhora que nem sequer a assinou e que agora essa Senhora diz que não tem nada a ver com aquilo e que dizem que foi o Senhor Presidente. Aliás, a letra dessa ilustre missiva parece-se muito com a letra dos documentos que o Senhor Presidente escreve no seu escritório. Não fosse ter que trazer à liça, ter que trazer à responsabilidade e para não estar a envolver a Senhora em questão neste processo outra vez porque é minimamente estranho a legítima proprietária nunca foi ouvida no inquérito. A PJ preferiu reunir com o Senhor Presidente, buscar as pastas depois do Senhor Presidente estar na Câmara, quando o processo foi de 2009. O Senhor Presidente e a PJ fizeram os dois um auto de apreensão, uma coisa nunca vista em direito, mas, pronto, o Senhor Presidente estava tão obcecado com a sua condenação, que era isso que o Senhor Presidente queria. As pastas não estavam na Câmara. Deviam estar no escritório do Senhor Dr. Borges da Silva. Ele, Vereador Dr. Manuel Marques, nunca as apanhava na Câmara para as consultar. O Senhor Presidente sabe a denuncia caluniosa é um crime público, e depois do Acórdão e depois do



Reunião de 14/12/2016

trânsito em julgado, ele, Vereador Dr. Manuel Marques, não meteu este processo ao barulho porque estava lá uma Senhora chamada Lúcia Neves. Não tem grandes relações de amizade com a Senhora, mal a conhece, mas respeita os seus progenitores. E se o tivesse feito essa Senhora ia dizer ao Tribunal que não foi ela que fez a carta. E iam averiguar quem é que a fez. Seria o Senhor Dr. Borges da Silva? Seria o Senhor Cavaca? Seria o escritório do Senhor Dr. Borges da Silva que agora está aflito para pagar ao Senhor Cavaca porque o Senhor Dr. Manuel Marques não foi condenado e agora está entalado? Ele, Vereador Dr. Manuel Marques, usará todos os meios em direito permitidos para que não seja atribuído nenhum subsídio para pagar esta dívida à Caixa de Crédito Agrícola porque se o Senhor Presidente estava tão aflito com o pagamento da dívida não levantava o arresto. Deixava-o estar para garantir o aval como ele, Vereador Dr. Manuel Marques, já pagou alguns avais do Sport Lisboa e Nelas. Segunda questão: A Câmara vem agora querer pagar um subsídio retroativo não sabia porquê. Foi uma promessa do Senhor Presidente? Então, cumpra-a e que pague do seu bolso. É isso que o Senhor Presidente tem que fazer. Porque, ele, Vereador Dr. Manuel Marques, nunca viu uma Assembleia Geral, nunca foi convocado para uma Assembleia Geral para este empréstimo, nunca viu as contas do Sport Lisboa e Nelas aprovadas, ou então se o Senhor Presidente está com um benemerência tão boa, está aqui a querer ser a Madre Teresa de Calcutá, que o Senhor Presidente pague também ao Senhor Luís Ribeiro, que pague também ao Senhor Figueiredo, que pague também ao Senhor Dr. Manuel Marques e a todos que lá deixaram dinheiro. Ele, Vereador Dr. Manuel Marques, diz-lhe quanto é que foi, pelo menos, do empréstimo que foi no Banco Totta & Açores, em Canas de Senhorim, que foi aplicado todo no Sport Lisboa e Nelas e nunca o reaviu. Está nas contas do clube. Que o Senhor Presidente pague ao Senhor Figueiredo, empreiteiro, que pague também ao Senhor Vereador Adelino Amaral que, se calhar, também lá deixou algum dinheiro. O Senhor Presidente não deixou lá nenhum porque nunca lá andou, que pagasse aos Herdeiros do Senhor Rui Neves. Uma vez desafiou o Senhor Presidente para fazer um aval para o Sport Lisboa e Nelas e ele deu de frosques. O Senhor Presidente não quis. Se o Senhor Presidente tem dinheiro para fazer, pague. O Senhor Presidente reúne com toda a gente que deixou dinheiro no Sport Lisboa e Nelas e paga. Agora, o Senhor Presidente vir pagar por uma questão política e de amiguismo e de cliente. Aí, ele, Vereador Dr. Manuel Marques, votará contra e usará tudo aquilo que estiver ao seu alcance contra este facto, Ministério Público e IGF. Usará todas as armas em direito permitidas porque isto é uma promessa eleitoral do Senhor Presidente e o dinheiro do Sport Lisboa e Nelas e os impostos dos contribuintes não é para andar a satisfazer promessas eleitorais. Em cinco anos, até 2008, 2009, o Sport Lisboa e Nelas recebeu 1.200.000,00 euros de subsídios. Só no ano de 2006, o Senhor Presidente atribui-lhe, para aí, 300.000,00 euros, ou 400.000,00 euros. Para a próxima reunião trás a pasta com esses valores de atribuição de subsídios de 5 anos – 1.200.000,00 euros de dinheiros que saíram dos cofres da Câmara Municipal. Se o Senhor Presidente prometeu, que pague. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que, antes de falar na qualidade de Vereador, tem que fazer ali uma declaração, em termos pessoais, de desinteresse, neste caso e enquanto Dirigente do Sport Lisboa e Nelas este na Direção 4, ou 5 épocas, mas não reclama, que fique claro, não reclama nenhum crédito sobre o Clube. Pensa mesmo que nunca ficou registado nenhum



Reunião de 14/12/2016

crédito de valores que ele tenha emprestado, ou tenha pago. Quem está na Direção de uma Associação como o Sport Lisboa e Nelas naturalmente incorre sempre em custos mas que não contabiliza até porque, se o fizesse, a contabilidade familiar depois era revisionada e as coisas eram mais complicadas. Nunca reclamou, nem reclama, até porque, com toda a franqueza, nos anos em que esteve na Direção do Sport Lisboa e Nelas praticou-se sempre aquilo que ele defende que todas as instituições públicas devem fazer, que é gastar só aquilo que se tem e, felizmente, e com resultados desportivos até razoáveis durante esses anos. Não se lembra de ter ficado nenhuma dívida significativa por pagar quando deixou a Direção do Sport Lisboa e Nelas. Julga que ficou tudo, mais ou menos, em dia. Havia dívidas antigas, coisas pequenas, uns almoços e umas dormidas e que, provavelmente, também ficaram no fim, mas nada de extraordinário. Também é verdade que havia a tradição, nessa altura, de mais, ou menos, a meio da época, renegociar os contratos com os jogadores. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou ao Senhor Vereador Adelino Amaral, se tinha deixado, ou não tinha deixado algum do seu dinheiro no Sport Lisboa e Nelas. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que reclamado e contabilizado, não. Naturalmente, paga-se um café, paga-se um lanche, naturalmente que sim porque só quem lá anda é que sabe. Também não podia ter lá deixado muito dinheiro porque, na altura, também não o tinha para lá deixar. Portanto, só se se fosse endividar porque também tinha crédito na praça. Realça, realmente, não que queira servir de modelo para ninguém, nem para coisa nenhuma, mas durante esses anos a gestão foi mais ou menos equilibrada, beneficiando daquilo que era fazer-se contratos com os jogadores e depois quando as receitas começavam a baixar, a Direção dizia, olha o contrato foi feito com uma determinada expectativa e não está a ser cumprida, temos que atualizar aqui os valores e, normalmente, os jogadores, muitos deles também eram cá da terra, portanto, também colaboravam e as coisas resolviam-se e não havia problemas. Teve também a felicidade de contar com as receitas próprias elevadas nessa altura que foi quando foram introduzidas algumas modalidades de jogo, bingo e bilhares e que reforçaram bastante as receitas do Clube e permitiram-lhes, de facto, algum desafogo em termos financeiros, tantos mais que durante os anos todos que ele, Vereador Adelino Amaral, esteve na Direção do Sport Lisboa e Nelas, que ele se lembre, receberam da Câmara um subsídio em material, foi uma máquina de lavar roupa, que a Câmara lhes pagou e, não tem a certeza, mas julga que houve um subsídio de 50 contos, portanto, 250.00 euros, mas não tem a certeza. Isto para dizer que ele, Vereador Adelino Amaral, não é credor, não reclama nenhum crédito e os Diretores que o antecederam, pensa que também não. A partir daí foi o Senhor Luís Ribeiro e depois o Senhor Figueiredo, a partir daí, pensa que sim, que haverá créditos, mas isso é com eles, não é com ele. Deixando esta declaração a título pessoal e entrando na apreciação do ponto que lhe compete fazer enquanto Vereador, reafirma aquilo que foi a sua posição na aprovação destes subsídios. Embora muitas vezes contrafeito porque a política expansionista de atribuição de subsídios que o Executivo anterior adotou desde o primeiro ano, desde 2005, contrariando um pouco essa política expansionista, sempre votou favoravelmente todos os subsídios porque havia uma preocupação de que o Executivo, portanto, os Senhores Vereadores em permanência e a Senhora Presidente de Câmara acordavam previamente com as instituições os valores e pensa que não estará muito longe da verdade, acordavam previamente com as instituições quais eram os valores possíveis e



Reunião de 14/12/2016

razoáveis e que permitiam que as instituições tivessem uma vida própria e, portanto, não seria ele que se iria opor à atribuição desses valores e desses subsídios, ressalvando sempre a questão que já falou ali várias vezes, que, na sua ótica, os subsídios deviam ter uma programação anterior ao início das épocas e deveria haver um controlo rigoroso da aplicação desses subsídios, nomeadamente, através da apresentação dos relatórios de contas e nem sempre isso foi feito e neste momento não sabe se está a ser feito, se não, mas esses dois pontos, sempre os defendeu e continua a defender. As Associações que dependem da atribuição de subsídios para a sua existência e permanência devem saber com o que contam no início de cada ano, ou no início de cada época. Mas também devem, no fim, prestar contas. Pensa que estes dois princípios, sempre os defendeu e continuará a defender. Estes dois subsídios, em concreto, foram também aprovados pelos Vereadores do Partido Socialista, o de 111.250,00 euros e o de 80.000,00 euros, que substituiria o primeiro. Pensa que votou contra, pelo menos esteve a ver rapidamente as atas, quando foi feita a revogação do primeiro empréstimo porque, de facto, na altura percebeu-se que havia ali intenções extra desportivas e extra interesses público e havia ali outras questões que ressaltavam desta quase, não dizia perseguição, mas deste mal-estar e deste ambiente hostil que existia entre o Executivo da altura da Câmara e o Sport Lisboa e Nelas, sendo que ali não está em causa e muitas vezes as pessoas acusam-no e com alguma razão: Então, tu votaste favoravelmente um subsídio de 110.000,00 euros para um clube de futebol? Então, isso não é uma coisa assim um bocado imoral? E ele diz: É. O problema é que há aqui promessas. Há promessas dos Executivos que vinham já desde o tempo dos Executivos do Partido Socialista. Pensa que, na altura, antes de 2005, os subsídios ao Sport Lisboa e Nelas andavam na ordem dos 50.000,00 euros. Depois, no último ano, pensa que houve um reforço porque havia objetivos desportivos e houve aumento do número de equipas, acha que houve um reforço relativamente grande em 2005 e depois em 2006 e 2007 o Executivo seguinte, de facto, fez disparar esses valores também apontando com outros objetivos em termos desportivos, nomeadamente a subida de divisão, que acha que até se concretizou. Portanto, com base nessas promessas que eram feitas e nas expectativas que eram criadas aos clubes é que ele também legitimava o seu acordo e o seu assentimento nesses valores porque, com toda a franqueza, acha que pensar em subsídios na ordem dos 200.000,00 euros, que acha que foi esse subsídio que foi atribuído em 2006, há 10 anos atrás, é, de facto, quase um crime público que lesa interesses públicos e lesa interesses da Autarquia. Não lhe parece justo que uma única instituição receba esse valor sendo que os outros clubes de futebol também recebiam valores avultados, não dessa dimensão mas também recebiam valores avultados. Portanto, ele, Vereador Adelino Amaral, reconhecendo alguma imoralidade e alguma injustiça que havia na atribuição desses subsídios, votou-os favoravelmente e, provavelmente hoje também o faria no pressuposto de que essa era a expectativa que tinha sido criada, essas eram as promessas que foram feitas tendo em conta os objetivos que eram fixados e com base no orçamento que as instituições e que os clubes também tinham. Portanto, esta era a questão da atribuição dos subsídios e da sua revogação que, como disse, na sua ótica, nunca foi muito bem explicada. Agora, há uma segunda dimensão deste problema, é que o Executivo, não honrou os compromissos da Câmara. A Câmara deliberou a atribuição de um subsídio e ele nunca foi pago. Se é por causa de haver arrestos, ou penhoras, ou dificuldades, até se invocou ali uma vez que não se podia pagar porque o Sport Lisboa e Nelas não punha o Nelas Coração do Dão nas camisolas, que é uma



Reunião de 14/12/2016

coisa absolutamente ridícula. Acha que isso até está em ata. O Sport Lisboa e Nelas nem dinheiro tinha para comprar camisolas, nem para comprar equipamentos e então a Câmara cortou-lhe o subsídio porque eles não tinham isso nas camisolas, ou jogaram um jogo sem ter o Nelas Coração do Dão. Foi uma série de coisas que foram invocadas que nunca foram bem explicadas. Acha que isso é lamentável e a Câmara já exculpolizou ali vários dossiers quentes que o Executivo anterior não soube, ou não foi capaz, ou não quis resolver e este, por ventura, foi o mais quente deles todos, o escaldante, porque, inclusivamente, esteve ligado a outras situações, nomeadamente aquela questão da revisão das taxas e não sabia quantos que levou a processos judiciais e estava tudo interligado. O que é verdade é que criou-se ali no Executivo anterior uma teia que envolvia os subsídios ao futebol, a questão das taxas, a presença de pessoas que estavam envolvidas e ligadas e que se sentiam prejudicadas, que sacrificaram a sua vida em prol do Sport Lisboa e Nelas e de outras instituições, nomeadamente, também esteve ali várias vezes o Senhor Presidente da Direção do Sporting Clube de Santar também por causa de questões relacionadas com subsídios. Criou-se ali um emaranhado e uma teia que ele, Vereador Adelino Amaral, até acha que chegou a pontos de uma promiscuidade que havia entre os subsídios e as taxas e on futebol e a política e as eleições, coisa que a ele sempre lhe chocou, nunca alimentou, nem nunca pactuou com situações dessas. O que é verdade é que mais uma vez e isso é que é lamentável, é que o Executivo anterior não cumpriu, não honrou os compromissos da Câmara. Então a Câmara atribui um subsídio de 111.000,00 euros e depois não é pago? Depois, a seguir, vem propor um subsídio de 80.000,00 euros, a Câmara aprova e também não é pago? Porquê? Não está em causa a justiça da atribuição dos subsídios, que isso até pode ser questionado. Agora, ele é atribuído e depois o Executivo, os Senhores Vereadores em permanência e a Senhora Presidente de Câmara não dão seguimento às deliberações de Câmara? Nós condenamos isso no atual Presidente de Câmara, aliás, o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques ainda hoje referiu isso. Nós não podemos ter dois pesos e duas medidas. A Câmara toma deliberações, delibera e o Senhor Presidente de Câmara tem que dar seguimento e dar cumprimento a essas deliberações. Acha que honrar os compromissos é isso. A Câmara deliberou, mal, ou bem, mas tinha deliberado por unanimidade e depois não foi pago. Não está a sugerir que agora se abra um dossier e que a Câmara vote favoravelmente, mas até entende que seria justo procurar uma solução. Estão a falar de subsídios atribuídos, votados e não pagos. E é isso que ele, Vereador Adelino Amaral, acha que o Executivo anterior esteve muito mal ao não assumir as deliberações de Câmara e não honrar os compromissos que a Câmara assumiu. E nessa matéria, entendendo até que possa haver esta questão dos arrestos e dos tribunais e das penhoras e dos processos, a ele, faz-lhe confusão. O que não lhe faz confusão é: então se a Câmara decidiu atribuir um subsídio ao Sport Lisboa e Nelas, porque é que não lho deu? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques pediu desculpa e afirmou que estavam ali a tapar o sol com a peneira. A Senhora Dr.^a da Caixa de Crédito Agrícola teve este assunto arrumado na gaveta até trânsito em julgado do processo do Senhor Dr. Manuel Marques, da Senhora Dr.^a Isaura Pedro e do Senhor Dr. Osvaldo Seixas. Porque carga de água é que só agora veio iniciar o processo? Porque carga de água tiraram o arresto em 2012? Se querem pagar, paguem. Agora dividam o subsídio equitativamente pelo Senhor Dr. Jorge David, pelo Senhor Carlos Loureiro, pelo Hernâni Marques, pelo Intermarché, dividam. Agora, pegar neste dinheiro e entrega-lo ao Senhor Cavaca, ele, Vereador Dr. Manuel



Reunião de 14/12/2016

Marques, vota contra e usará os meios todos ao seu alcance para que isso não aconteça. Paguem aos credores porque há muitos credores do Sport Lisboa e Nelas. Agora, pegar no dinheirinho, como o Senhor Presidente quer, e levá-lo a casa do Senhor Cavaca, isso não, não, não, à milésima. Paguem aos credores. Paguem os subsídios que não foram pagos. Há mais credores para além do Senhor Cavaca. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que começava por dizer que não fica bem ao Senhor Presidente estar a dizer que ficava satisfeito quando houvesse alguém a pagar alguma indemnização. Acha que não é correto para um advogado, não queremos o mal de ninguém e à justiça o que é da justiça, foi sempre o que foi dito ali. Este assunto, como, se calhar, alguns outros, acha que devia ser tratado primeiro, particularmente entre os Vereadores. São situações complicadas, envolvem pessoas, se calhar estão ali a discutir uma hora e pode-se não se chegar a nenhuma conclusão e se calhar se chegassem ali já com o assunto tratado era só votar sim, ou não e estava tratado. No seu ponto de vista acha que podiam ter feito isso antes. No entanto, passando esta à parte, por aquilo que já lhe foi dando a perceber e por algumas conversas que teve, não o podia desmentir, com o Senhor Fernando, pensa que, ao contrário daquilo que disse o Senhor Presidente, acha que há nenhuma decisão deliberada para prejudicar quem quer que fosse porque se fosse assim não se fazia na mesma reunião de Câmara, quando foram revogados os 111.000,00 euros, não se fazia logo também uma proposta de acordo entre as partes para resolver a situação em que estava envolvida a Câmara, a Caixa de Crédito e o Sport Lisboa e Nelas, está na ata dessa reunião também isso. Depois não foi votada essa proposta e foi feita a votação de um apoio de 80.000,00 euros, concerteza seria também para satisfazer as necessidades do Sport Lisboa e Nelas. Acha que aqui também não houve nenhuma situação, pensa ele, deliberada, até porque para isso é preciso prova, que pusesse em causa o interesse do Sport Lisboa e Nelas, ou de quem lá estivesse na altura. No seu ponto de vista não via aquilo assim. Houve a intenção de resolver a situação das partes envolvidas. É certo que depois não foi feito o protocolo. Não sabemos se por culpa da Câmara, se por culpa do Sport Lisboa e Nelas, o certo é que não foi feito. Sabia que, enquanto Dirigente do ABC, nalgumas situações tinham algumas complicações com a Câmara e quando tinham essas complicações mandavam e-mails para a Câmara a perguntar como é que estava uma situação, ou outra. Tentavam ser proativos e tentar resolver essas situações. Agora, chegam ali a um ponto que é para resolver a situação. Acha que cada um deles quer resolver a situação deste imbróglie. Acha que houve uma atenção de resolver a situação do Sport Lisboa e Nelas porque se o primeiro apoio era penhorável, o segundo não seria. Naturalmente, seria para resolver esse valor ao Sport Lisboa e Nelas. Portanto, acha que não podia ser de outra forma. Agora, o certo é que esse apoio também não foi entregue e acha que devia ter sido entregue. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que o Sport Lisboa e Nelas não estava regularizado com as Finanças e com a Segurança Social e a Senhora Dr.^a Célia não pagava sem ter essas certidões. Foi ele, Vereador Dr. Manuel Marques, que fez um acordo com a Segurança Social, dando como hipoteca real o terreno no Pomar. -----

--- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que, se o apoio não foi pago ao Sport Lisboa e Nelas alguma coisa teria acontecido e é esse ponto que ele, Vereador Artur Jorge, queria chegar, está disponível também para, se o valor é para atribuir ao Sport Lisboa e



Reunião de 14/12/2016

Nelas não tem problemas nenhuns em o fazer. Agora, gostava de ver a proposta do Senhor Presidente, ou em que moldes é que a Câmara pode fazer isso. Se há um acordo, se pode haver ainda um acordo, como foi proposto ali em 2010, com os parceiros envolvidos porque, por aquilo que sabe, eles não querem o dinheiro para o Sport Lisboa e Nelas, querem a situação resolvida, porque custa a toda a gente. Também sabia o que é que é isso. O tribunal, como diz e bem o Senhor Presidente, parece que quer lavar as mãos. Acha que o tribunal não deve lavar as mãos, deve obrigar, ou não, a Câmara a entregar esse valor porque, por aquilo que ele vê, não tem dúvidas nenhuma que esse valor não foi atribuído. Se não foi atribuído porque motivo é que não foi atribuído e se há possibilidade de o atribuir que seja atribuído. ---
---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges cumprimentou todos os presentes. Afirmou que, relativamente a este assunto, queria tecer algumas considerações. Efetivamente, pelo histórico que ali está dá-lhe a ideia e que lhe perdoem a expressão, que houve alguém que deu como certo o ovo no cu da galinha. Efetivamente, se o Sport Lisboa e Nelas não cumpriu os pressupostos que tinham lavado a Câmara a deliberar um subsídio de 111.000,00 euros, acha perfeitamente justo que não se pague e se revogue o subsídio. Aliás, este clube e, se calhar outros, são useiros e vezeiros em usar este tipo de coisas. Aliás, houve ali também uma situação que, na altura, ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, também alertou para uma situação semelhante que tem a ver com a inscrição de equipas que depois a Associação de Futebol de Viseu não confirma que existem, ou seja, a gente inscreve 10 equipas, recebe 3.000,00 euros por cada equipa e depois, afinal só tem 5, mas recebe os 30.000,00 euros na mesma. Portanto, acha muito bem que se fiscalize e, não havendo cumprimento, que se revoguem os subsídios atribuídos. Foi isso que aconteceu. Assim, à primeira instância não lhe parece que haja ali qualquer problema e até saúda que essa decisão tenha sido tomada. Seguidamente, foi feita uma nova deliberação e foi deliberado pagar 80.000,00 euros e não foi feito o contrato-programa. Primeiro gostava de saber se o Sport Lisboa e Nelas, ou o SLN, fez alguma démarche para que o Executivo anterior celebrasse esse contrato-programa. Houve uma deliberação de 80.000,00 euros e não houve contrato-programa. E o seu ponto ali é apenas um. Onde é que fica a responsabilidade de quem geria o Sport Lisboa e Nelas nesta altura? Então, quer dizer, a Câmara delibera atribuir subsídios a entidades que, como se vê, não eram bem geridas, não eram bem geridas. É mais do que notório que não eram bem geridas e agora, mais uma vez, recorre-se ao Estado para pagar as intenções e as más gestões que outras instituições de cariz privado fazem. Não lhe parece apropriado. Nós estamos isentos de responsabilidades? Podemos fazer a gestão que muito bem queremos e depois vai-se bater à porta da Câmara. Portanto, gastou-se aquilo que não se tinha. Não havia um contrato-programa e achava que, mais tarde, ou mais cedo, o dinheiro havia de entrar. É isso? Portanto, uma gestão responsável do Sport Lisboa e Nelas, por muita ambição que pudesse existir de querer ir para a Primeira, ou para a Segunda Divisão de Honra, acha que deviam ter metido os pés bem assentes no chão e contar com aquilo que tinham e fazer a gestão com aquilo que tinham. Não o fizeram. Onde é que fica a responsabilidade dos dirigente do Sport Lisboa e Nelas desta altura? Não fica? Transfere-se para a Autarquia? Fez ali uma conta rápida. Para um clube de futebol que não é profissional, porque se fosse profissional a Câmara não podia atribuir dinheiro, a Câmara propôs-se transferir uma verba de 305,00 euros por dia, 305,00 euros por dia. Sinceramente, acha isto exagerado. Gostava de saber, nas contas do Sport Lisboa e Nelas desta altura, para onde é que



Reunião de 14/12/2016

o dinheiro ia. Era para quê? Era para pagar a jogadores? É que era para pagar a jogadores a Câmara não pode dar dinheiro. É aquilo que a lei diz. Se não há contas, mais uma razão para questionar o pagamento de subsídios. Também ouviu ali dizer, não sabia se isso correspondia à verdade, que, se uma instituição, uma associação contrai um empréstimo sem autorização dos sócios, mais uma razão, mais um indício de que a gestão não era, propriamente, exemplar. Parece-lhe que, não havendo registo, se não há, acha que houve ali um excesso de otimismo, se calhar para usar uma expressão que já ali foi usada várias vezes, digamos que os gestores do Sport Lisboa e Nelas foram irritantemente otimistas e, puseram a carroça à frente dos bois e parece-lhe que é aquilo que, normalmente se faz, mas que depois toda a gente critica, que é, depois o Estado paga, seja nos bancos, seja no INEM, seja noutra coisa qualquer alguém lucra e depois, alguém há-de pagar. Para onde é que foi este dinheiro? Foi gasto aonde? Existem evidências disso mesmo? É que ninguém sabe. Se ninguém sabe. Nós vamos transferir um dinheiro para quê? Foi para quê? Ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, não se sente confortável, até por alguns argumentos que foram ali usados noutros processos e que até o Tribunal lhes deu razão. Onde é que está a defesa do interesse público neste caso? Ou neste caso a defesa do interesse público não interessa? O dinheiro da Câmara e a defesa do interesse público ali não interessam. Não interessa saber para onde é que foi o dinheiro deste empréstimo. Se calhar, agora as instituições de crédito que concedem crédito também deviam verificar melhor a idoneidade das pessoas que lá vão pedir e ver se há garantias, ou não, de pagamento. Neste caso, ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, acha que o Tribunal que decida o que tiver que decidir. Se não há nenhum crédito registado nas contas da Câmara acha, sinceramente, que o problema está basicamente resolvido. O Sport Lisboa e Nelas, na altura, se calhar, devia ter posto a Câmara em Tribunal e se calhar ainda vai a tempo. E aí é outra coisa. Porque é que não foi assinado o contrato-programa relativamente a 27/07/2010 e porque é que isso não foi cumprido. Portanto, o Sport Lisboa e Nelas, se quiser, que aja judicialmente contra a Câmara de Nelas. A sua proposta é esta. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que há bocado disse ali uma coisa que até estava com medo que não tivesse provas para defender aquilo que estava a dizer que não se pagou por causa do empréstimo, porque é que não se pagou por causa da dívida á Segurança Social. Leu o seguinte: Dr.^a Carla Alexandra Costa, mandatária credora do Instituto da Segurança Social, estava ali na PI, e depois tinha ali outra e que é o cerne da questão: Dr.^a Cristina Isabel Gonçalves, mandatária da interveniente accidental Helena Maria Matos Martins, com escritório na Av.^a João XXIII, acha que é o escritório do Senhor Presidente da Câmara, na qualidade de advogada da mulher do Senhor Cavaca. Disse ao Senhor Presidente que estava tudo dito porque é que querem este dinheiro, porque a Segurança Social está paga e foi um acordo que o anterior Executivo fez por uma escritura em Celorico da Beira. Já pagaram ao Senhor Dr. José Albuquerque Vaz, que deve representar um jogador. Portanto, só falta pagar à mulher do Senhor Cavaca e à Caixa de Crédito Agrícola. A Câmara até arrecadou o dinheiro no Orçamento Municipal se ele, Vereador Dr. Manuel Marques, fosse condenado, para vir depois com o direito de regresso. -----

---- Seguiu-se uma troca de informações entre os Senhores Vereadores Dr. Manuel Marques e Artur Ferreira relativamente aos valores em dívida dos processos do Sport Lisboa e Nelas. ----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que foi tudo penhorado ao Sport Lisboa e Nelas. Esses é que são os bons, os verdadeiros amigos do Sport Lisboa e



Reunião de 14/12/2016

Nelas. Apresentou uma proposta no sentido de se distribuir o dinheiro por todos os credores do Sport Lisboa e Nelas. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que o Período de Antes da Ordem do Dia prolongou-se por muito tempo porque todos falaram muito e pede desculpa, mas vai ter mesmo que sair da reunião. Deixa só declarado que ele, pessoalmente, simpatiza mais com uma análise mais aprofundada e que envolva conversas com os intervenientes e com a Direção do Sport Lisboa e Nelas e com representantes dos credores, nomeadamente a Caixa de Crédito e ver qual é sua abertura nesta situação e ver qual é a possibilidade da Câmara poder participar, de alguma forma. Simpatiza mais com a ideia apresentada pelo Senhor Vereador Artur Ferreira. -----

---- **Retirou-se da reunião o Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral.** -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que qualquer intervenção que o Senhor Presidente da Câmara faça, mesmo no exercício das suas competências, porque é uma questão financeira para a Câmara, antes que o Senhor Presidente a tomar, ele, Vereador Dr. Manuel Marques, nos termos da lei, quer ser informado sobre essa matéria, porque o Senhor Presidente tem que informar porque é uma despesa financeira. Se não o fizer terá de participar ao Tribunal. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques que estava a acabar de informar a Câmara deste assunto. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que o Senhor Presidente entendeu o que ele quis dizer. -----

---- O Senhor Presidente, antes de dar a palavra à Senhora Vereadora Dr.^a Rita Neves, afirmou que não podia deixar de dizer o que ia dizer para ficar consignado em ata. Admite que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques seja tão sério como o Senhor Presidente de Câmara. Não admite é que seja mais sério do que o Senhor Presidente de Câmara. Portanto, quando faz todo um conjunto de intervenções em redor desta matéria que ele, Senhor Presidente, trouxe para conhecimento, levantando suspeições pessoais, promessas, do seu escritório. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que o Senhor Presidente, em bom rigor, nem devia estar a discutir esta matéria. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que tinha sua inscrição suspensa na Ordem dos Advogados. Não é advogado. Trouxe à reunião de Câmara para conhecimento a dizer que ele disse aos tribunais que não há nenhum crédito reconhecido na Câmara. Os Senhores Vereadores estão a esquecer-se disso? Estão a transformar isto numa coisa ao contrário daquilo que ele, Senhor Presidente, disse. O que está escrito é que a Câmara não reconhecia o crédito. Traz conhecimento à Câmara que comunicou às instâncias judiciais para elas decidirem. O que está em causa agora é o processo que está ali em questão, que ele, Senhor Presidente, deu informação aos tribunais. No conjunto de todas as intervenções, quer agradecer o muito obrigado do reconhecimento dos Senhores Vereadores de que o Presidente da Câmara fez bem em comunicar ao Tribunal que não há nenhum crédito reconhecido na Contabilidade. Deviam ter começado por aí antes de começar a malhar no Presidente da Câmara. E os tribunais que decidam. Que também foi o que ele, Senhor Presidente, disse. Sabe que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques quer esconder na gritaria a má consciência que tem relativamente a todo este processo. Em relação ao processo do Sport Lisboa e Nelas o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques. Não admite aos Senhores Vereadores que digam que são mais



Reunião de 14/12/2016

sérios do que o Presidente da Câmara. Podem ser tão sérios como ele mas mais sérios não são.

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou que já sabia que este assunto veio à reunião de Câmara para conhecimento, mas como o Senhor Presidente disse que gostava de ouvir propostas e sugestões dos Senhores Vereadores, ela perguntava se o Senhor Presidente tinha alguma proposta para apresentar. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que a sua proposta é aquela a dizer que já respondeu aos tribunais, que está escrita e foi a que lhe foi entregue. E o tribunal que decida. Acha que não há margem para outra coisa. Como é que se pode fazer de outra maneira? -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves respondeu que concordava e que o Tribunal que decida. Acha que este problema deve ser resolvido e acha que aí estão todos de acordo. Acha que o Senhor Presidente fez bem em trazer este problema à reunião de Câmara e que deve ser resolvido com alguma rapidez. -----

---- A Câmara tomou conhecimento dos eventuais créditos do Sport Lisboa e Nelas sobre o Município de Nelas, executados pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato, CRL. -----

3 – CONTABILIDADE

3.1.PAGAMENTO DE FATURAÇÃO DIVERSA – NOVEMBRO DE 2016 – CONHECIMENTO

---- O Senhor Presidente perguntou se algum dos Senhores Vereadores se queria pronunciar relativamente a este assunto. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que, só por mera curiosidade, como aliás são todas aquelas questões. Gostava de saber que pagamento foi feito à World Travel – Agência de Viagens da Madeira, Ld.^a. -----

---- O Senhor Presidente informou que foi o pagamento de uma deslocação de um elemento da CPCJ a uma iniciativa na Madeira e foi só uma pessoa. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou o que era o pagamento a Monumentos e Paisagens, Ld.^a. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que eram, salvo o erro, os bancos e mesas que foram colocados no Largo do Arvoredos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou ao Senhor Presidente se só pagos agora, 4, ou 5 meses depois e isso em junho e só agora é que vem para pagamento. --

---- O Senhor Presidente respondeu que os bancos foram roubados, depois foram substituídos.

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou para que é que foram pagos 657,00 euros à Áudio Globo, Ld.^a e depois mais abaixo outro valor de 14.000,00 euros.

---- O Senhor Presidente respondeu que essa empresa trabalha em luz e som. E que devia ser da Feira do Vinho do Dão. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou o que fez a empresa Pirotécnica das Beiras, Fogo-de-artifício, Ld.^a. -----

---- O Senhor Presidente respondeu que deve ter sido o fogo-de-artifício da Feira do Vinho do Dão. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que a Feira do Vinho do Dão foi em setembro e que o pagamento da fatura foi em novembro. O Senhor Presidente



Reunião de 14/12/2016

disse que estava a pagar a 17 dias e afinal está a pagar a 90 dias. Aliás, deu conta pelas senhas de presença que o Senhor Presidente só as pagou 60 dias depois. O Executivo está a pagar a 45 dias, 40 dias, a 60 dias da primeira reunião de Câmara. -----

---- O Senhor Presidente informou que os pagamentos no primeiro semestre, em termos médios, estiveram a 17 dias. -----

---- A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, durante o mês de novembro de 2016, no total de 888.162,15 € (oitocentos e oitenta e oito mil cento e sessenta e dois euros e quinze cêntimos), referente a Operações Orçamentais e no total de 35.554,45 € (trinta e cinco mil quinhentos e cinquenta e quatro euros e quarenta e cinco cêntimos), referente a Operações de Tesouraria, descritos em relação elaborada pelos Serviços de Contabilidade. -----

(419/2016/12/14)3.2.MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO MUNICIPAL, N.º 20 E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO N.º 20 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presentes as Modificações ao Orçamento Municipal, n.º 20, e às Grandes Opções do Plano, n.º 20, para o ano de 2016, as quais ficam anexas a esta ata (Anexo I), fazendo dela parte integrante. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que são necessidades que estavam ali inscrita e que podia dar uma explicação. Afirmou que tinha pedido á Senhora Dr.ª Célia para fazer um reforço de 7.720,00 euros para o Executivo dar um adiantamento ao Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim, que está com graves dificuldades de Tesouraria, por conta do subsídio do ano que vem. Há ali também um reforço para os vencimentos do mês de dezembro. -----

---- A Senhora Dr.ª Célia prestou informações ao Senhor Presidente da Câmara. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que eram acertos de pormenor relativamente às necessidades de funcionamento da Câmara. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que, já na última modificação orçamental, os elementos foram dados na hora da reunião aos Senhores Vereadores e que estas modificações orçamentais fossem entregues quando são entregues os restantes documentos. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que a modificação orçamental só foi entregue hoje para permitir mais margem aos Serviços e que já tinham falado nisso. Quando são coisas pequenas, a Senhora Dr.ª Célia, até à terça-feira faz esse documento, porque de sexta-feira até terça-feira aparecem coisas novas. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar as Modificações ao Orçamento Municipal, n.º 20, e às Grandes Opções do Plano, n.º 20, para o ano de 2016. --

3.3.PROVERE TERMAS – MODELO DE CO-FINANCIAMENTO DOS PROJETOS ÂNCORA – PROPOSTA DE PLANO DE PAGAMENTO – CONHECIMENTO

---- Presente um e-mail, datado de 2 de dezembro de 2016, da Termas Centro Provere, que envia uma proposta para o Modelo de Co-Financiamento dos Projetos Âncora – Proposta de Plano de Pagamento. -----

---- O Senhor Presidente pediu à Senhora Vice-Presidente para dar uma explicação a esta questão do PROVERE das Termas, rapidamente, para além daquilo que já está escrito nos documentos que foram enviados. -----

---- A Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sofia Relvas Marques, cumprimentou todos os presentes. Afirmou que, como os Senhores Vereadores sabiam, ao longo destes dois anos



Reunião de 14/12/2016

foi-se falando várias vezes de projetos na área de promoção turística e desenvolvimento do território, associados ao termalismo. Têm sido várias as plataformas de interesse, para as quais o Executivo já enviou projetos, seja diretamente à CCDR, seja diretamente ao Turismo do Centro, seja diretamente à CIM, o que é facto é que esta área dos Municípios com Termas vai ser gerida na base da lógica PROVERE, da estratégia coletiva, gerida por uma Associação que é a Associação das Termas de Portugal para a Região Centro, cabendo um financiamento global de cerca de três milhões de euros. Este projeto vai ser desenvolvido por duas áreas, uma é a estrutura técnica de gestão, outra é o conjunto de Projetos Âncora Imateriais. A Câmara de Nelas, que não era, passou a ser, consorciada da Associação das Termas de Portugal para a Região Centro. Do Município de Nelas até à data a única entidade consorciada era o Balneário e o Grande Hotel das Caldas da Felgueira, podem ser os privados que assim entenderem, podem ser os públicos que assim entenderem. O Executivo achou que sim, que era importante a Câmara ser consorciada da entidade que iria gerir nos próximos, três, quatro anos, os dinheiros que existem para desenvolvimento do território associado às Termas e assim o fizemos. Nesse sentido, já foi recentemente aprovado o modelo de gestão do valor do financiamento, considerando que o financiamento, em 85%, existem 15% do valor total de projetos que têm que ser assumidos pelos consorciados, e os documentos que o Executivo apresentou aos Senhores Vereadores explicam, pensa que de forma muito objetiva, a forma como vai dividida a responsabilidade dos 15% sobre a totalidade dos projetos que o território vai merecer. Assim sendo, de acordo com aquilo que foi apresentado aos Senhores Vereadores, até ao final do ano e também para antever, eventualmente, alguma alteração orçamental, na próxima reunião de Câmara já vai a justificação prévia. Por questões de elegibilidade do financiamento, vai ter que existir o pagamento de 20% do valor a que corresponde o consorciado Câmara Municipal de Nelas na estrutura técnica de gestão e um valor de 20% naquilo que diz respeito ao Executivo ao segundo ponto dos Projetos Âncora Imateriais. Isto poderá orçar um valor, até ao final do ano, de 1.238,00 euros. Tem havido um excelente entendimento com o responsável das Caldas da Felgueira, do Grande Hotel e do Balneário, particularmente, com o Senhor Dr. Adriano, que foi recentemente também eleito para fazer parte da Comissão Executiva do Projeto PROVERE, o que é muito vantajoso para o nosso território. Já se iniciaram, inclusivamente, reuniões com outros parceiros daquela localidade, nomeadamente a Associação Cultural e Recreativa, para estarem por dentro do que poderá ser o benefício para o território dos projetos de animação e de comunicação que vão existir. No caso de Nelas, Caldas da Felgueira vai ser dotada de um Wellcome Center destinado para a promoção do território alocado ao termalismo, tendo em conta a dimensão do Balneário e do número de aquistas que passam por lá. Este é daqueles projetos que o Executivo andou dois anos, de facto, á espera que alguma coisa se comesse a executar em prejuízo do tempo que já perdemos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que, relativamente àquilo que foi agora dito, gostaria de saber aonde é que vai funcionar a estrutura técnica de gestão, se a Câmara tem previsto aonde nas Caldas da Felgueira que vai funcionar o Wellcome Center e se o Executivo tem alguma estimativa, se calhar a Senhora Vice-Presidente falou e ele não apanhou, de qual é o investimento para os Projetos Âncora Imateriais, se há alguma ideia do que é que se pretende fazer e quer também para a outra componente da materialidade, estruturas permanentes de animação, o que é que está previsto. -----



Reunião de 14/12/2016

---- A Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Sofia Relvas Marques, afirmou que há um conjunto de maior informação, que ela pode trazer na próxima reunião de Câmara, de todo o projeto PROVERE das Termas, que pode enviar por e-mail aos Senhores Vereadores, que é mais completo. A estrutura técnica de gestão é uma estrutura que vai funcionar em São Pedro do Sul, a Associação das Termas de Portugal, a ATP Centro, portanto, a Região Centro são 100 Municípios, 19 Municípios, destes 100, têm Termas. No PROVERE, a sede da estrutura técnica de gestão estava nas Termas da Cúria. Neste Projeto PROVERE ficou consensualizado ser em São Pedro do Sul. A estrutura técnica de gestão é uma entidade criada e que vai a cada Membro que entra é feita um concurso público nesse sentido. O financiamento exige-se mesmo. Relativamente aos Projetos Âncora Imateriais, pese embora um conjunto de projetos que os consorciados enviaram e o Executivo também enviou, não estão definidos com rigor nesta fase quais são os projetos de animação específicos, as iniciativas, os workshops, os festivais, as ações de formação, isso ainda não está rigorosamente definido. Está tudo de uma forma transversal considerando como Plano de Marketing e Plano de Animação. Pode enviar aos Senhores Vereadores todas as informações que o Executivo tem e pode enviar, inclusivamente, os projetos apresentados pelo Executivo. Relativamente á questão do Wellcome Center, o Executivo vai, assim que venha o modelo de estrutura desse Wellcome Center e, no fundo, os Serviços e o tipo de amostragem, produtos, o layout desse mesmo espaço, assim que ele estiver definido, que também não está, vão reunir no Município de Nelas para perceberem onde é que deve ser colocado, se nas Caldas da Felgueira, se associado ao Posto de Turismo de Nelas, depende da estrutura que estiver em questão. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que notava que há possibilidade do Wellcome Center para a questão das Termas não ficar na Felgueira e ficar em Nelas. Parece-lhe uma má opção. Espera que não se vá por aí relativamente a estas questões e deseja que as candidaturas sejam aprovadas rapidamente e que possam ser executadas ações que permitam dinamizar ainda mais as Caldas da Felgueira e a sua indústria termal. -----

---- A Câmara tomou conhecimento da proposta de plano de pagamentos, referente ao Modelo de Co-Financiamento dos Projetos Âncora, da Termas Centro Provere. -----

4 - OBRAS PARTICULARES

4.1. INFORMAÇÃO DE DECISÕES GERADORAS DE CUSTO OU PROVEITO FINANCEIRO

4.1.1. LICENCIAMENTO DE OBRAS, LOTEAMENTOS, DESTAQUES, PROPRIEDADES HORIZONTAIS, INFORMAÇÕES PRÉVIAS E OUTROS, DEFERIDOS E INDEFERIDOS – CONHECIMENTO

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, referente a processos de licenciamentos de obras, loteamentos, destaques, propriedades horizontais, informações prévias e outros, deferidos e indeferidos, no período compreendido entre 24 de novembro de 2016 e 06 de dezembro de 2016, a qual fica anexa a esta ata (Anexo II), fazendo dela parte integrante. -----



Reunião de 14/12/2016

4.1.2.LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO EMITIDAS – CONHECIMENTO

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, referente a licenças de construção emitidas no período compreendido entre 24 de novembro de 2016 e 06 de dezembro de 2016, a qual fica anexa a esta ata (Anexo III), fazendo dela parte integrante. ----

4.1.3.PROCESSOS DE LICENCIAMENTOS, COMUNICAÇÕES PRÉVIAS, LOTEAMENTOS, DESTAQUES, PROPRIEDADES HORIZONTAIS, INFORMAÇÕES PRÉVIAS E OUTROS, ENTRADOS NOS SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO – CONHECIMENTO

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares, referente a processos de licenciamentos, comunicações prévias, loteamentos, destaques, propriedades horizontais, informações prévias e outros, entrados na Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, no período compreendido entre 24 de novembro de 2016 e 06 de dezembro de 2016, a qual fica anexa a esta ata (Anexo IV), fazendo dela parte integrante. -----

(420/2016/12/14)4.2.RELAÇÃO DE LICENÇAS E ADMISSÕES DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA, A CADUCAR, PRECEDIDAS DE AUDIÊNCIA PRÉVIA, NOS TERMOS DO ART.º 71.º, DO DEC.LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM POSTERIORES ALTERAÇÕES – APROVAÇÃO

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar a caducidade das licenças e admissão de comunicação prévia, a caducar, precedidas de audiência prévia, constantes na relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, nos termos do art.º 71.º, do Dec.Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com posteriores alterações, no período compreendido entre 24 de novembro de 2016 e 06 de dezembro de 2016, a qual fica anexa a esta ata (Anexo V), ficando dela parte integrante. -----

5 – LICENCIAMENTOS DIVERSOS

5.1.DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, POR DELIBERAÇÃO DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013 – CONHECIMENTO

---- A Câmara tomou conhecimento das decisões proferidas pelo Senhor Presidente, ao abrigo da delegação de competências, por deliberação de 04 de novembro de 2013, designadamente: licenças especiais de ruído, no âmbito do disposto no artigo 15.º, do Regulamento Geral do Ruído, as quais ficam anexas a esta ata (Anexo VI), fazendo dela parte integrante. -----

(421/2016/12/14)5.2.ISENÇÕES CONCEDIDAS PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA AO ABRIGO DO ARTIGO 5.º, DO REGULAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS E OUTROS REGULAMENTOS – RATIFICAÇÃO

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, ratificar as isenções concedidas pelo Senhor Presidente da Câmara, ao abrigo do artigo 5.º, do Regulamento de Taxas Municipais e outros regulamentos, as quais ficam anexas a esta ata (Anexo VII), fazendo dela parte integrante. -----

(422/2016/12/14)5.3.RELAÇÃO DE PROCESSOS DEFERIDOS/INDEFERIDOS PELO



Reunião de 14/12/2016

SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DO N.º 3, DO ART.º 35.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – RATIFICAÇÃO

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, ratificar a relação de processos deferidos/indeferidos pelo Senhor Presidente da Câmara, no período compreendido entre 24 de novembro de 2016 e 06 de dezembro de 2016, elaborada pela Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, nos termos do n.º 3, do art.º 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual fica anexa a esta ata (Anexo VIII), fazendo dela parte integrante. -----

(423/2016/12/14)5.4.ALTERAÇÃO DA LICENÇA REFERENTE AO PROCESSO DE LOTEAMENTO N.º 4/2011. REQUERENTE: COIMBRAS & C.ª, LD.ª – LOCAL: RIBEIRINHA, FREGUESIA DE CANAS DE SENHORIM – APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 8910, datada de 07 de dezembro de 2016, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -----

----“Alteração da licença referente ao processo de loteamento n.º 4/2011. Requerente: Coimbras & C.ª, Ld.ª – Local: Ribeirinha, Freguesia de Canas de Senhorim. Processo: 04/04/2011. -----

---- 1 – Pretensão: O requerente, proprietário do lote n.º14 e 15, solicita a alteração à licença do loteamento aprovada em reunião de câmara de 12/04/2011, pretendendo alterar a utilização prevista para as construções a erigir nos referidos lotes.- Está conforme. -----

---- 2 – Instrução do processo (Portaria n.º113/2015 de 22 de abril) – Está conforme. -----

---- 3 – Apreciação do projeto de arquitetura - De acordo com o artigo 27º do DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com alterações posteriores, pode ser alterada os termos e condições da licença respeitante à operação de loteamento: -----

---- a) Conformidade com o Regulamento do PDM de Nelas: A pretensão localiza-se em Solo Urbano, espaço de atividades económicas, de acordo com Regulamento do PDM de Nelas, aprovado pelo Aviso n.º33/2014 de 2 de janeiro; -----

---- b) Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade – Está conforme; -----

---- c) Aspeto exterior, inserção urbana, paisagística – Está conforme; -----

---- d) Outras normas e regulamento em vigor – Está conforme; -----

---- e) Outras informações relevantes – Está conforme. -----

---- I – Enquadramento Legal: -----

---- A alteração da operação de loteamento solicitada enquadra-se no artigo 27.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - D.L. n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com alterações posteriores. De acordo com o n.º3 do artigo n.º27 do RJUE os titulares dos restantes declararam a não oposição à alteração pretendida. -----

---- II – Informação dos Serviços: -----

---- De acordo com a aprovação em reunião de câmara de 12/04/2011, está previsto um ocupação funcional destinada a indústria, cumprindo o disposto no Regulamento do Plano Diretor Municipal de Nelas em vigor à data. -----

---- O requerente, titular do lote n.º14 e n.º15 resultantes do processo de loteamento n.º4/2011 na Zona Industrial de Canas de Senhorim, solicita alteração de modo a que a seja possível indústria, comércio e serviços. -----

---- De acordo com o PDM de Nelas em vigor, aprovado em 2014, já é permitido este tipo de



Reunião de 14/12/2016

ocupação, de acordo com o disposto no artigo n.º65º do Regulamento do PDM, situação que não era possível no Plano Diretor Municipal de Nelas em vigor aquando da aprovação da operação de loteamento. -----

---- Assim a alteração da operação de loteamento consiste: -----

---- - Na modificação da ocupação funcional prevista de indústria para indústria, comércio e serviços para o lote n.º14 e n.º15, de acordo com a planta de síntese apresentada pelo requerente (pág. 109 do processo de loteamento); -----

---- - Mantém-se as áreas brutas de construção e as áreas de implantação; -----

---- - Mantém as taxas urbanísticas e as áreas de cedência. -----

---- Assim, deverá ser aditado ao loteamento o seguinte: -----

---- - 4. d) Os lotes destinam-se a edifícios industriais/armazéns, à exceção do lote n.º14 e 15 que será destinado a indústria, comércio e serviços; -----

---- Deverá constar em anexo ao aditamento a planta de síntese apresentada pelo requerente (pág. 109 do processo de loteamento). -----

---- Assim, solicito a V. Ex.ª a aprovação da alteração requerida e o aditamento à alínea acima referida do loteamento. -----

---- Quanto cumpre informar, à consideração de V.ª Ex.ª ” -----

---- O Senhor Presidente afirmou que a Senhora Dr.ª Susana Henriques diz que consiste na modificação da ocupação funcional prevista de indústria para indústria, comércio e serviços para os lotes n.º14 e n.º15. Assim, deverá ser aditado ao loteamento. Os lotes destinam-se a edifícios industriais/armazéns, à exceção do lote n.º14 e 15 que será destinado a indústria, comércio e serviços. Deverá constar em anexo ao aditamento a planta de síntese apresentada pelo requerente. Perguntou se algum dos Senhores Vereadores tinha alguma questão relativamente a este assunto. A Senhora Dr.ª Susana Henriques diz que está em conformidade.

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar a alteração da licença referente ao processo de loteamento n.º 4/2011, sito à Ribeirinha, Freguesia de Canas de Senhorim, a que corresponde o processo n.º 04/04/2011, em que é requerente a empresa Coimbras & C.ª, Ld.ª, de acordo com a informação interna n.º 8910, datada de 07 de dezembro de 2016, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -----

(424/2016/12/14)5.5.PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS MUNICIPAIS - TAXAS URBANÍSTICAS RELATIVAS À EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO – ISENTAR, OU REDUZIR, OU INDEFERIR O PEDIDO. REQUERENTE: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTAR. LOCAL: RUA SACADURA CABRAL, EM SANTAR – APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 8598, datada de 29 de novembro de 2016, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -----

---- “Pedido de Isenção do pagamento das Taxas Municipais - Taxas urbanísticas relativas à emissão de certidão de dispensa de licença de utilização – Isentar ou Reduzir ou Indeferir o pedido. Registo de entrada a responder: 10388 de 25/11/2016 - Requerente: Santa Casa da Misericórdia de Santar. Local: Rua Sacadura Cabral, em Santar -----

---- I – Solicitação do Requerente: -----

---- 1. A entidade requerente solicita isenção do pagamento da taxa municipal devida pela



Reunião de 14/12/2016

emissão de certidões de dispensa de licença de utilização, ao abrigo do n.º 2 da alínea c) do artigo 5º do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais de Nelas, conforme certidão em anexo. -----

---- *II – Enquadramento Legal:* -----

---- *1. De acordo com o Regulamento e Tabela de Taxas Municipais de Nelas, n.º 2 da alínea c) do artigo 5º:* -----

---- *- Na medida do interesse público municipal de que se revistam os atos cujo licenciamento se pretende obter ou as prestações de serviços requeridas, podem ainda beneficiar de isenção ou de redução do pagamento de taxas e outras receitas municipais:* -----

---- *Alínea c) As associações religiosas, culturais, desportivas, profissionais ou recreativas legalmente constituídas e as comissões fabriqueiras de igrejas e capelas pelas atividades que se destinem, diretamente, à realização dos seus fins estatutários;* -----

---- *2. As isenções e reduções referidas no número anterior não afastam a necessidade de apresentação de requerimento dirigido à Câmara Municipal das necessárias licenças, quando devidas, nos termos da lei ou Regulamentos Municipal, nem dispensam o prévio licenciamento municipal a que houver lugar.* -----

---- *3. As isenções e reduções referidas no n.º 2 serão concedidas por deliberação da Câmara Municipal mediante requerimento dos interessados e apresentação de prova da qualidade em que requerem e dos requisitos exigidos para a concessão da isenção ou redução.* -----

---- *III – Parecer dos Serviços:* -----

---- *1. Os interessados apresentaram um requerimento de isenção do pagamento das taxas municipais pela emissão da certidão, por ser considerada uma instituição particular de solidariedade social.* -----

---- *2. Assim sendo, como o pedido se encontra devidamente instruído, deixo à consideração de V. Ex.^a isentar, reduzir ou indeferir o pedido.* -----

---- *Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.^a.”* -----

---- O Senhor Presidente afirmou que a Santa Casa da Misericórdia de Santar apresentou requerimento de pedido de isenção de pagamento de taxas da emissão de certidão, sendo uma associação particular de solidariedade social. Perguntou se alguém queria usar da palavra. ----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que só queria referir a posição que a Câmara teve no caso anterior, portanto, a indicação clara do que é que eles, Membros da Câmara, deveriam fazer, depois faziam-no, ou não e ali deixa outra vez em aberto, isentar, ou não. Está tudo instruído, está tudo muito bem, mas depois não há indicação do que é que a Câmara tem que fazer. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que era uma decisão política. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que era uma decisão política que podia vir instruída como e depois a Câmara dizia se não, ou sim. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que propunha a isenção. O Senhor Vereador Artur Ferreira queria que a informação dissesse o que é que se deliberava. Vem para isentar, ou vem para indeferir. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que, ao contrário do Senhor Vereador Artur Ferreira, acha que a informação está bem instruída. Dá aos Membros da Câmara a possibilidade de fazerem uma coisa, ou outra, do ponto de vista legal. Portanto, a



Reunião de 14/12/2016

decisão é dos Membros da Câmara. Terão que a tomar, também é um bocadinho para isso, senão escusava de vir a reunião de Câmara. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar o pedido de isenção do pagamento das Taxas Municipais - Taxas urbanísticas relativas à emissão de certidão de dispensa de licença de utilização, em que é requerente a Santa Casa da Misericórdia de Santar, sita na Rua Sacadura Cabral, em Santar, de acordo com informação interna n.º 8598, datada de 29 de novembro de 2016, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -----

(425/2016/12/14)5.6.LICENCIAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE – REQUERENTE: QUINTA DE CABRIZ – VINHOS E TURISMO, LD.^a – PEDIDO DE PARECERES A OUTRAS ENTIDADES – APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 8453, datada de 21/11/2016, da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira/Recursos Humanos e Saúde, que a seguir se transcreve: -----

---- *“Licenciamento municipal de publicidade -----*

---- *No seguimento de requerimento de 19/09/2016, com registo de entrada n.º 8138, em que Quinta de Cabriz – Vinhos e Turismo Lda. solicita o licenciamento municipal de 2 (dois) painéis a colocar em terreno privado adjacente às EN 231 e 234 desclassificadas, informa-se V/ Ex.^a do seguinte: -----*

---- *- Efetuado o saneamento processual previsto no artigo 23º do Regulamento Municipal de Ocupação do espaço Público e Publicidade no Município de Nelas, a Câmara Municipal deverá solicitar pareceres a outras entidades, nos termos da lei, tendo em conta os diversos interesses e valores a acautelar no licenciamento (nº 1 do artigo 24º do mesmo regulamento). -----*

---- *Sugestões de entidades a consultar: -----*

---- *- Infraestruturas de Portugal, S.A.; -----*

---- *- Junta de Freguesia de Canas de Senhorim; -----*

---- *- Fábrica da Igreja de Santar; -----*

---- *- António Almeida Guerra; -----*

---- *- Fundação da Lapa do Lobo. -----*

---- *Assim sendo, queira V.^a Ex.^a despachar no sentido agendar o assunto para reunião de Câmara. -----*

---- *Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.^a” -----*

---- O Senhor Presidente afirmou que vinha ali a reunião de Câmara para se pedir sugestões de entidades a consultar, as Infraestruturas de Portugal, S.A.; a Junta de Freguesia de Canas de Senhorim; a Fábrica da Igreja de Santar; António Almeida Guerra e a Fundação da Lapa do Lobo. Solicita o licenciamento municipal de 2 (dois) painéis a colocar em terreno privado adjacente às EN 231 e 234, desclassificadas. Um é na E.N. n.º 231, em Casal Sancho e outra é em frente ao Indiferente, em Canas de Senhorim. E é para aprovar os pedidos de pareceres a outras entidades. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar os pedidos de pareceres a outras entidades, referente ao licenciamento municipal de publicidade, de 2 placas de sinalização vertical, da empresa Quinta de Cabriz – Vinhos e Turismo, Ld.^a, nos termos da informação interna n.º 8453, datada de 21/11/2016, dos Serviços de Taxas e Licenças da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira/Recursos Humanos e Saúde, atrás descrita. ----



Reunião de 14/12/2016

8 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

---- O Senhor Presidente perguntou se algum dos Senhores Munícipes presentes pretende usar da palavra. -----

---- O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte cumprimentou o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores. Afirmou que não tinha nada que pronunciar-se sobre o pagamento da dívida à Caixa em relação ao Sport Lisboa e Nelas. Só queria alertar que a Câmara devia pedir à Direção do clube, dessa altura, pois nessa altura havia jogadores profissionais pagos, o que é contra a lei. Estavam hospedados em hotéis. Alguns deles estavam hospedados num apartamento, que por sinal, era da sogra do Dirigente Alexandre. Queria deixar esse alerta que havia jogadores profissionais e é contra a lei fazer esses pagamentos. Gostaria de saber, o Senhor Presidente possivelmente sabe. Andaram a alcatroar uma rua em Canas de Senhorim desde o Mini-Preço e deixaram ali, pelo menos 20 metros, 25 metros, que iria tapar aquele buraco, ou aquela vala que ele tem chamado e não acabaram de alcatroar esse bocadinho. Gostava de saber se acabou ali o alcatroamento, ou se vão continuar a fazê-lo. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Arlindo Rodrigues Duarte que aquelas obras pararam ali porque o Executivo vai tentar resolver o problema da água nas Lameiras e é preciso passar a água, que vem de Canas de Senhorim para Nelas, do lado esquerdo para o lado direito e também está a tentar que, num aviso que vai abrir no âmbito das compensações de Girabolhos, no PO SEUR, que está para sair a todo o momento, o Executivo vai candidatar uma ETAR na Ribeirinha e disporia também já toda a estrutura de esgotos daqueles prédios desde as Lameiras a irem para a Zona Industrial da Ribeirinha, razão pela qual o alcatrão ficou ali porque a partir dali o Executivo também quer pôr águas pluviais, junto dos Correios. Foi só por isso. -----

---- O Senhor Dr. Jorge David Sousa Paiva cumprimentou todos os presentes. Afirmou que, desde já agradecia à Câmara dar-lhe a oportunidade de falar porque vai apresentar dois assuntos e um deles considera-o bastante grave, apesar da Câmara entender que não pela resposta que lhe deu e a maneira como tratou o assunto. Mas quer que toda a Câmara tenha conhecimento daquilo que se está a passar. O Senhor Presidente da Câmara entende que não devem ser feitas determinadas obras para não promover determinadas pessoas, ou locais. Dá um exemplo concreto que é para depois apresentar o segundo assunto. O Senhor Presidente da Câmara disse numa reunião aos Senhores Presidentes de Junta, nomeadamente o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Senhorim, que o Caminho dos Barreiros não devia ser todo alcatroado porque o Senhor Dr. Jorge David tinha lá uns terrenos e que ia promover esses terrenos. É a posição do Senhor Presidente da Câmara. Disse-o na presença de vários Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, mais do que um. Mas também quer informá-lo que na estrada de São João do Monte à Póvoa de Baixo, também tem alguns terreno e que o Senhor Presidente tivesse cuidado na pavimentação também vai promover esses terrenos. Também quer dizer à Câmara que não deve utilizar os seus filhos para se promover, nem para promover as iniciativas da Câmara. No Mercado de Natal mandaram pousar as crianças do Jardim Malmequer por turmas, tiraram fotografias e colocaram no facebook sem qualquer autorização dos pais, sem qualquer autorização dos pais. O Senhor Presidente sabe bem, os Juristas da Câmara sabem, os advogados avençados da Câmara sabem que ainda há um princípio que é o direito de imagem e à privacidade das fotografias. Ele, como pai, se as lá



Reunião de 14/12/2016

colocar, a responsabilidade é sua. A Câmara, sem qualquer tipo de autorização, colocou essa imagem, não é nenhum evento público, que lhe foi logo dada essa desculpa. O evento é público. A imagem não é naquelas fotografias sentadas que são apanhadas esporadicamente. A imagem é, mandam pousar as pessoas, estava a falar de crianças de 4 anos, 5 anos e menos, mas cada pai tem que se preocupar com a sua. Ele não autoriza a que utilizem os seus filhos para promover iniciativas da Câmara. Se não querem alcatroar as estradas para não promoverem os seus terrenos e das quais não precisa, porque não estão à venda os terrenos e não tem necessidade e até tem viaturas todo-o-terreno para ir aos locais, não precisa de estradas alcatroadas. Depois, a ligeireza com que o assunto foi tratado. Liga para a Câmara, não há ninguém disponível, não há ninguém que possa dar uma resposta porque a Senhora Vereadora está ausente. Não está contactável. Acha que também não deve ser o Senhor Presidente da Câmara a responder a tudo. Mas, mais ninguém está disponível. As Funcionárias estão de férias. Outras, só vêm à tarde. Depois, a Senhora Dr.^a Alexandra Cardoso deu-lhe uma resposta vaga. Tratou o assunto com uma ligeireza que não merece o respeito, ou deveria merecer mais cuidado no tratamento. Tapam a imagem da criança em questão, mas não retirou as antigas todas que estão publicadas da criança já com a cara tapada. Mas não retirou as outras. O Senhor Presidente da Câmara sabe bem que funciona o direito de imagem e o direito à privacidade. Pode utilizar as outras crianças todas, cada pai que apresente o seu problema. Pede que a Câmara tome alguma atitude em relação a este problema. Não houve um pedido de desculpas. Não foi reconhecido o erro, nem nada. Simplesmente, ponto final, estava num evento público. Quer, quer, não quer, passe muito bem. O assunto é delicado. Têm a noção clara que tinham que ter a autorização dos pais. Essa declaração existe no Agrupamento de Escolas. No Jardim Malmequer, para eventos públicos não existe. Assinou uma declaração para autorizar a sua filha a vir ao Mercado de Natal, não autorizou para andar a tirar fotografias para serem publicadas no facebook sem qualquer autorização sua. Espera que a Câmara tenha uma atitude de respeito pelos pais, nomeadamente pais da criança envolvida e que tome uma atitude. Senão, como o Senhor Presidente sabe, ele, Dr. Jorge David, tem meio ano para apresentar a queixa. E depois que venham dizer que o Dr. Jorge David está contra as iniciativas da Câmara. O Dr. Jorge David não está contra as iniciativas da Câmara. Está contra colocarem uma criança menor, que não se pode defender, a obrigarem-na a tirar uma fotografia, a fazer um determinado gesto para a câmara porque é uma iniciativa da Câmara Municipal e no facebook da Câmara Municipal aparece a fotografia. Quem quer fazer isso que utilize os seus filhos, ou os filhos de quem autoriza. Que não autorize os filhos das pessoas que não querem. Sabia que há outras pessoas com esta indignação, só que têm medo de colocar o problema e das consequências que podem vir, mas o Dr. Jorge David não tem esse medo. Vai levar esta questão até ao fim. Desistiu da questão do herbicida por causa dos custos mas, felizmente, ainda lhe vieram dar razão que era necessário alguém e que não podia ser utilizado o produto. Agora, pelo menos, a Câmara que reconheça o erro que fez e que trate o assunto com a dignidade que ele merece e com o respeito que merece, que, até ao momento, não o foi. Mandaram-lhe um e-mail a dizer que o assunto está resolvido, foi publicada nova fotografia com a cara tapada, mas as antigas fotografia estão lá desde sexta-feira. Ou as pessoas que geram a Câmara tomam uma atitude, ou então o assunto terá que ser tratado de igual modo como o Senhor Presidente, que não sabia se tinha conhecimento, ou a Senhora Vereadora, ou as pessoas que trabalham com o



Reunião de 14/12/2016

Senhor Presidente, ou então o assunto será tratado doutra maneira. -----
 ---- O Senhor Rodrigo João Ferraz Fernandes cumprimentou todos os presentes. Afirmou que agradecia terem-lhe dado a palavra naquela sala. Estava a ver que tudo era posto nesta sala e vai a uma votação. Está há 30 dias á espera de uma resposta do Senhor Presidente da Câmara por causa de uma queixa que fizeram contra ele sem provas, ele está a trabalhar, o Senhor Dr. Borges é Presidente. O Senhor Cândido dá as ordens do Senhor Presidente. Perguntou ao Senhor Presidente se sabia que ele, Rodrigo Fernandes, estava proibido de entrar nos Estaleiros da Câmara desde o dia em que ele lhe contou. Esteve no fim-de-semana da Feira do Vinho a guardar as instalações por causa do Senhor António Leal e nem um copo de água lhe trouxeram. Quem lhe deu comer foi o Verdinho de Moreira. Disseram-lhe que o seu lugar nesta Câmara terminou porque foram-lhe dadas quatro oportunidades e só trabalha na Câmara há dois anos. Em 2014 e 2015 prometeram-lhe mundos e fundos. Teve que arranjar trabalho no estrangeiro. Por infelicidade, a sua avó ficou doente, teve que regressar a Portugal. Falou com o Senhor Dr. Borges, que lhe deu-lhe uma segunda oportunidade. Nunca faltou ao respeito a ninguém. As Senhoras Dr.^{as} Alexandra Cardoso e Sónia Batista foram sempre contra ele. A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas tinha-lhe dito que era contra ele estar no serviço escolar porque o Rodrigo tinha uma atividade inculta. Entregou o certificado do registo criminal e senão o tiverem volta a entrega-lo. Tem tudo limpo. Como sabem, difamação em Portugal é crime. Uma mãe foi à Escola dizer que ele tinha batido no seu filho, mas ninguém viu. Toda a gente diz que o trabalho do Rodrigo era fantástico. Passou de bestial a besta. Quiseram despedi-lo só que ele tem 40 dias de férias. Está a gozá-los e mais informa que todos os meses recebe um e-mail do IEFP porque está na Câmara por um CEI+, é um desempregado ocupado. No certificado diz que não pode fazer horas extras, nem substituir nenhum Funcionário, nas quais está ali o Jorge que sabe que o substituiu algumas vezes por motivos de necessidade, entrega de comunicados. Estava de férias, tinha falecido a sua bisavó e nem os pêsames lhe deram e veio trabalhar até às 5 horas da manhã. Já foi a muitos funerais representar a Câmara, com a bandeira, com flores. Não sabia se os Senhores Vereadores sabiam que lhe tinham dito que ele não tinha mais lugar na Câmara. Até dia 5 de janeiro está a gozar o tempo das horas extras que fez. A Senhora D.^a Rosa Reina andou-o a difamar na rua de uma coisa que era assunto seu, da Senhora Dr.^a Alexandra e do Senhor Dr. Ao outro dia saiu de casa para vir tomar café, num sábado e toda a gente lhe veio perguntar as coisas. Como o Senhor Dr. Borges sabe, difamação é crime. Um dia cumprimentou o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques e o Senhor Presidente disse-lhe: Então cumprimentaste o Chibo das Barbas? Não está ali por ninguém. É uma pessoa normal como as outras. -----
 ---- O Senhor Presidente afirmou que, relativamente à questão levantada pelo Senhor Dr. Jorge David, vai inteirar-se profundamente sobre e depois dará uma resposta. Relativamente áquilo que o Rodrigo acabou de dizer, está num CEI+, está em gozo de férias e ele, Senhor Presidente, já disse o que tinha a dizer. Evidentemente que já se percebeu o que é que o Rodrigo pretende e o eco que pretende ter. E nega perentoriamente que tenha dito as expressões que o Rodrigo reproduziu ali relativamente ao Chibo das Barbas. Isso é linguagem que ele, Senhor Presidente, não costuma utilizar. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA



Reunião de 14/12/2016

---- O Senhor Presidente da Câmara pediu à Senhora Dr.^a Célia Tavares para proceder à leitura da minuta da ata. Posta à votação a minuta da ata da presente reunião, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

ENCERRAMENTO

---- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião às treze horas e trinta e sete minutos, da qual se lavrou a presente ata que foi lida em voz alta por mim, _____, conforme deliberação tomada na 1.^a reunião desta Câmara Municipal, realizada em 04 de novembro de 2013, que a redigi, subscrevi e assino, tendo verificado a sua conformidade com a minuta já aprovada e assinada. -----

O Presidente,

A Técnica Superior, responsável pela Unidade Orgânica Administrativa e Financeira/Recursos Humanos e Saúde,
